

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

CNPJ nº 60.851.615/0001-53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi impactado pela crise econômica mundial em 2009 nos vários segmentos de mercado em que atuamos, considerados de "ciclo longo". Nestes segmentos os efeitos de uma crise são normalmente sentidos mais tardiamente, e também apresentam um período de recuperação mais longo, quando comparados aos mercados de desempenho mais dinâmico.

Além da desaceleração do ritmo de investimentos nos setores de produção industrial e infra-estrutura, a obtenção de novos contratos foi também prejudicada pela apreciação da nossa moeda, que vem sistematicamente facilitando a entrada no Brasil de bens de capital de origem estrangeira e, em sentido oposto, tornando praticamente inviável a exportação.

Acreditamos que, em 2011, haverá gradual crescimento da demanda por equipamentos nos diversos segmentos em que atuamos, principalmente alavancados pela retomada dos investimentos em Geração de Energia – Hidroelétrica, Eólica e no Pré-Sal.

Do ponto de vista de execução, o ano de 2010 foi extremamente importante para nossa Companhia pela conclusão com sucesso do projeto da ThyssenKrupp – CSA, de altíssimo valor tecnológico para a Bardella, e pelo significativo avanço na fabricação dos equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as Usinas Hidroelétricas de Jirau e Santo Antonio.

Para o próximo exercício, manteremos nossa constante busca pela melhoria da competitividade de nossos produtos, por meio do controle de nossos custos, processos e despesas, assim como, por soluções tecnológicas que agreguem valor dos nossos negócios assegurando um crescimento seguro.

CLAUDIO BARDELLA
Presidente do Conselho de Administração

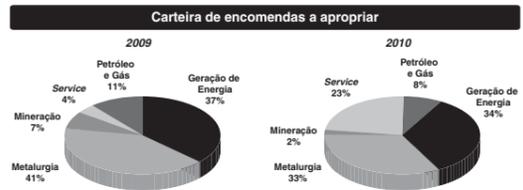
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Considerando o volume de pedidos em carteira que a Companhia detinha no início de 2010, e apesar da postergação e suspensão de alguns projetos que foram fortemente atingidos pela crise econômica mundial, a realização de receitas relativas a equipamentos mecânicos não foi afetada.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladora e coligadas em 31/12/2010 era de R\$ 725 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora em 31/12/2010 era de R\$ 332,28 milhões e em 31/12/2009 de R\$ 609,2 milhões.



Em 2010, a receita líquida de vendas de aços treilados e laminados foi de R\$ 75,29 milhões (R\$ 53,4 milhões em 2009).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas de Santo Antonio e Jirau;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos no orçamento de capital aprovado em 2010, no valor de R\$ 6,64 milhões, foram totalmente implementados no ano de 2010.

SISTEMA DE GESTÃO

A Companhia possui um Sistema de Gestão Integrada que adota os requisitos da norma ABNT ISO 9001:2008 (Qualidade), estando estruturado em processos e tendo seu desempenho monitorado por meio de indicadores objetivos.

Além disso, a empresa possui certificação ambiental por meio da ISO 14001:2004 e certificação em gestão de segurança e saúde ocupacional pela OHSAS 18001:2007.

RECURSOS HUMANOS

Nosso quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 2.007 (2.005 em 31/12/2009);

O Programa de Participação nos Resultados da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, estabelece a distribuição de até um salário e meio por colaborador. Em 2010 foi destinado o montante de R\$ 2,8 milhões (R\$ 2,5 milhões em 2009);

A remuneração em 2010 de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais atingiu o montante de R\$ 127 milhões (R\$ 119 milhões em 2009);

Os investimentos em benefícios aos colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, transportes, recreação e outros, em 2010 atingiu o montante de R\$ 15 milhões (R\$ 12,9 milhões em 2009).

A Bardella participa ativamente das comunidades onde mantém operações, tendo como prioridade os aspectos da qualidade de vida, saúde, educação e cidadania.

- As principais ações e projetos nos quais a Bardella está envolvida são:
- ONG Viva Guarulhos - Melhorar a Qualidade de Vida em Guarulhos;
- Programa FORMARE - Desenvolver a potencialidade de jovens de baixa renda e inseri-los no mercado de trabalho e, quando possível, aproveitá-los na empresa. Em 2010 foi concluída a 8ª turma nas unidades de Guarulhos e Sorocaba, com formação de 38 alunos, totalizando aproximadamente 316 jovens formados nestes oito anos de projeto na Bardella. É importante salientar que mais de 65% dos ex-alunos FORMARE são atualmente colaboradores da empresa;
- Voluntariado - A empresa incentiva o trabalho voluntário e conta atualmente com mais de 10% de colaboradores envolvidos.

EMPRESAS CONTROLADAS

Barefame Instalações Industriais Ltda.

No exercício findo em 31/12/2010, a receita operacional líquida da empresa atingiu o montante de R\$ 134,7 milhões (R\$ 129,7 milhões em 2009) e realizou um prejuízo líquido de R\$ 7,7 milhões (Lucro Líquido de R\$ 2,6 milhões em 2009) já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 145,28 milhões (R\$ 126 milhões em 2009), distribuído nas seguintes áreas de atuação:

	2010	2009
Geração de Energia	47%	82%
Petróleo e Gás	47%	7%
Siderúrgico	6%	10%
Mineração	-	1%

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 952 (1.921 em 31/12/2009).

Energio Agro Industrial Ltda.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebidos à vista. Em decorrência da venda das terras, foi vendido também o plantel de gado.

Dados quantitativos em 31/12/2009:

- Terras: 19.000 hectares
- Estoque de árvores em pé (pinus): 3.715 milhões de metros estéreos
- Plantel de gado: 4.326 cabeças
- Quadro de colaboradores: 23

O lucro líquido de R\$ 40,4 milhões em 2010 (R\$ 20 mil em 2009), já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01/01/2009 (em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido Circulante	Nota	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado 31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09	Reapresentado 31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09			Reapresentado 31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09	Reapresentado 31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09
Ativo Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	348	28.397	27.852	21.839	87.619	35.980		57.736	55.083	12.655	66.392	62.983	17.561	
Contas a receber de clientes	6	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749		71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870	
Estoques	8	98.921	92.270	105.536	136.153	170.219	158.876		2.954	3.292	2.972	6.402	6.754	4.666	
Imposto a recuperar	10	41.236	33.324	38.728	66.544	39.420	43.692		16.228	18.756	14.387	25.626	29.729	19.971	
Despesas antecipadas		1.953	3.151	2.254	3.124	3.763	2.803	19	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302	
Outros créditos	12	22.114	28.601	40.806	32.909	25.428	34.020		19.715	5.217	8.021	24.738	10.177	9.050	
		385.456	454.533	350.287	484.894	646.621	428.120		9.570	9.532	9.697	10.871	3.920	9.697	
Não circulante															
Realizável a longo prazo															
Partes relacionadas	13	4.857	3.303	7.897	-	-	1.259		47.577	-	-	-	-	1.259	
Títulos e Valores Mobiliários	11	46.920	40.639	30.164	67.683	58.631	40.415		16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847	
Imposto a recuperar	10	4.347	1.195	-	5.345	1.811	-		11.377	762	7.504	14.772	1.582	7.591	
Despesas antecipadas		-	-	-	2.377	3.872	-		56.407	65.180	69.716	69.512	107.335	104.787	
Outros créditos	12	3.813	4.333	7.481	7.340	5.344	8.665	10b	10	1.101	1.947	2.585	2.680	3.027	
		59.937	49.470	45.542	82.745	69.658	50.339		132.270	96.843	99.044	138.935	160.207	150.511	
Imobilizado	14	237.710	236.789	233.218	377.488	405.525	332.295		116.800	116.800	116.800	116.800	116.800	116.800	
Investimentos	15	147.265	141.136	122.320	4.386	10.058	11.982		36.593	15.368	15.368	36.593	15.368	15.368	
Propriedade para Investimento	9	-	-	-	4.546	4.604	4.660		167.416	193.463	186.249	175.174	193.571	186.249	
Intangível	17	5.318	5.495	1.949	9.997	8.699	1.985		134.877	124.729	117.730	127.018	124.297	117.088	
Diferido		50	259	407	-	-	-		-	-	-	9.280	7.811	248	
		450.280	433.149	403.436	479.162	498.544	401.261		455.686	450.360	436.147	464.865	457.847	435.753	
		835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381		835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital		Legal	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Ativo diferido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reservas inc. fiscais	Reservas de capital		Retenção de lucros	Outras reservas						
Saldos em 31 de dezembro de 2008		116.800	-	15.368	18.188	66.935	-	-	-	217.291	-	-	217.291
Ajustes de mudanças de práticas contábeis	2 (j)	-	-	-	-	-	32.607	186.249	218.856	(642)	-	-	218.214
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	-	248
Saldos iniciais ajustados em 01 de janeiro de 2009		116.800	-	15.368	18.188	66.935	32.607	186.249	436.147	(642)	248	-	435.753
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	9.625	-	-	-	7.705	17.330
Valorização das ações da Vale S.A.		-	-	-	-	-	-	6.939	6.939	-	-	-	6.939
Ajustes equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	6.993	6.993	-	-	-	6.993
Amortização do diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	176
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)		-	-	-	-	-	(3.713)	3.713	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	3.438	(3.438)	-	-	-	-	-
Outros ajustes de mudanças de práticas contábeis		-	-	-	-	-	(3.703)	3.703	-	-	-	-	-
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	831	-	-	(831)	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	6.459	3.687	(10.146)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(9.344)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 - reapresentado		116.800	-	15.368	19.019	73.394	32.316	193.463	450.360	(466)	7.953	-	457.847
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.192	-	10.192	1.276	-	11.468
Valorização das ações da Vale S.A.		-	-	-	-	-	-	6.271	6.271	-	-	-	6.271
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)		-	-	-	-	-	25.353	(25.353)	-	-	-	-	-
Amortização do diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	-	416
Realização da depreciação do ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	5.593	(6.965)	(1.372)	-	-	-	(1.372)
Outros ajustes de mudanças de práticas contábeis		-	-	-	-	-	(421)	-	(421)	-	-	-	(421)
Reserva para incentivos fiscais		-	21.225	-	-	-	(20.887)	(338)	-	-	-	-	-
Reserva para orçamento de capital		-	-	-	-	23.025	(23.025)	-	-	-	-	-	-
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	510	-	-	(510)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(9.344)	-	(9.344)	-	-	(9.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		116.800	21.225	15.368	19.529	96.419	18.929	167.416	455.686	(50)	9.229	464.865	464.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 31/12/10	Reapresentado 31/12/09						
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(71							

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ nº 60.851.615/0001-53

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		Nota
	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	
Receita operacional líquida	582.260	552.317	828.302	705.458	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(549.129)	(494.731)	(756.141)	(605.604)	
Lucro bruto	33.131	57.586	72.161	99.854	
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(38.063)	(29.243)	(40.058)	(30.596)	
Administrativas e gerais	(20.978)	(19.776)	(42.202)	(43.270)	
Honorários e participação da administração	(4.953)	(5.182)	(5.572)	(6.067)	
Despesas financeiras	23 (19.534)	(27.200)	(25.427)	(29.721)	
Receitas financeiras	23 7.941	7.827	12.557	11.048	
Resultado da equivalência patrimonial	15 34.587	7.954	3	109	
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	24 7.153	8.978	29.610	5.940	
Lucro operacional	(33.847)	(56.642)	(71.089)	(92.557)	
	(716)	944	1.072	7.297	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(716)	944	1.072	7.297	
Imposto de renda e contribuição social	10.908	8.681	13.930	5.161	
Corrente	-	(642)	(18.906)	(4.439)	
Diferido	10.908	9.323	32.836	9.600	
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores	10.192	9.625	15.002	12.458	
Participações de acionistas não controladores	-	-	(4.810)	(2.833)	
Lucro líquido do exercício	10.192	9.625	10.192	9.625	
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	6,37	6,02			
Quantidade de ações ao final do exercício	1.600.000	1.600.000			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		Nota
	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	
Receitas	710.410	672.350	1.058.002	857.941	
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	680.396	647.865	982.063	825.081	
Outras receitas	30.014	24.485	75.939	32.860	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	550.457	447.545	699.558	525.214	
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	53.113	62.924	105.687	91.295	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	603.570	510.469	805.245	616.509	
Depreciação e amortização	106.840	161.881	252.757	241.432	
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	97.053	151.314	227.685	221.394	
Valor adicionado recebido em transferência	34.587	7.954	3	109	
Resultado de equivalência patrimonial	7.941	7.827	12.557	11.048	
Receitas financeiras	40.745	3.124	55.707	3.762	
Outras	83.273	18.905	68.267	14.919	
Valor adicionado total a distribuir	180.326	170.219	295.952	236.313	
Distribuição do valor adicionado	180.326	170.219	295.952	236.313	
Empregados	120.851	109.434	163.269	143.409	
Remuneração direta	100.580	93.362	123.160	115.348	
Benefícios	13.236	9.341	28.362	16.811	
FGTS	7.035	6.731	11.747	11.250	
Tributos	27.227	27.130	85.989	53.792	
Federais	25.592	26.408	56.119	45.165	
Estaduais	53	59	22.867	2.422	
Municipais	1.582	663	7.003	6.205	
Remuneração de capitais de terceiros	22.056	24.030	36.502	29.487	
Juros	19.535	22.304	26.685	25.549	
Aluguéis	2.521	1.726	9.817	3.938	
Remuneração de capitais próprios	10.192	9.625	10.192	9.625	
Dividendos sobre o capital próprio	9.344	9.344	9.344	9.344	
Lucros retidos	848	281	848	281	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, com duas plantas no estado de São Paulo, tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente, além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicou-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e treliçados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados e corte de árvores de reflorestamento. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento, principalmente para a Usina de Santo Antônio no Rio Madeira em Rondônia. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

Em 23 de abril de 2009 a Companhia adquiriu 60% de participação na Duraferro Indústria e Comércio Ltda. e seu controle. A Empresa atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da Empresa está localizada em Araras - SP.

As empresas industriais e a Barefame Instalações Industriais Ltda., têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

1.1. Principais transações no período

Em 23 de agosto de 2010 foi efetuada a venda das terras pertencentes à controlada Energo Agro Industrial Ltda., bem como, da totalidade dos ativos florestais correspondentes a plantações de Pinus. Em decorrência da venda das terras, durante o final do terceiro e quarto trimestres, foi também vendido todo o plantel de gado (ver nota 24).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mas para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica Ativo Diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme demonstrado a seguir:

Reconciliação do patrimônio líquido

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Demonstrações contábeis individuais	455.686	450.360	436.147
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Controladora"	(50)	(259)	(407)
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Efeito de Equiv. Patrimonial controlada BAREFAME"	-	(207)	(235)
(=) Demonstrações contábeis consolidadas, líquidas de minoritários	455.636	449.894	435.505

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 28 de março de 2011.

Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação:

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. Estes novos pronunciamentos não produziram impacto na Companhia:

- CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)
- CPC 2 (R2) - Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
- CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
- CPC 5 (R1) - Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
- CPC 6 (R1) - Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
- CPC 7 (R1) - Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõem sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. A Companhia aplicou referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
- CPC 41 - Determinação e Apresentação do Resultado por ações

As interpretações abaixo não se aplicam às atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- Interpretação Técnica ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
- Interpretação Técnica ICPC 15 - Passivo decorrente de participação em mercado específico - Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos

IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada)

Simplicifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impactos significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo

Esta alteração aplica-se apenas aquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar em 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas de IFRS em maio de 2010 e os esclarecimentos serão efetivos a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos os principais esclarecimentos que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios;
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas ou em audiência pública e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Aplicação das novas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e consequentemente as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado das demonstrações contábeis comparativas, estão descritas no item "7" desta nota.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações contábeis consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o IFRS.

De acordo com as previsões da Deliberação CVM nº 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 e seus comparativos com 2009 ajustados as normas de 2010 serão apresentadas quando da apresentação do 1º ITR 2011, cujos efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido estão demonstrados abaixo:

	Controladora					
Trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio líquido publicado	219.392	225.275	227.382	231.565	237.909	297.443
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140	223.287	169.590
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	428.341	443.492	458.705	461.196	467.033

	Consolidado					
Trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio líquido publicado	219.392	233.086	235.193	240.845	247.189	306.723
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140	223.287	169.590
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	436.152	451.303	467.985	470.476	476.313
(a)	-	(7.811)	(7.811)	(9.280)	(9.280)	(9.280)

(a) Referente ao investimento na controlada Duraferro.

	Controladora					
Resultado período findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado publicado	2.101	7.984	10.091	6.984	13.327	72.861
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658	297	(11.792)
Resultado reapresentado	446	3.163	1.295	8.642	13.624	61.069

	Controladora					
Resultado trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado publicado	2.101	5.883	2.107	6.984	6.343	59.534
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(1.655)	(3.165)	(3.975)	1.658	(1.361)	(12.089)
Resultado reapresentado	446	2.718	(1.868)	8.642	4.982	47.445

	Consolidado					
Resultado período findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	-	-	-	-	-	-
Resultado publicado	2.101	7.984	10.091	6.984	13.327	72.861
Resultado reapresentado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784	4.332	(78.487)
	(5.179)	1.943	(1.810)	15.768	17.659	(5.626)

	Consolidado					
Resultado trimestre findo em:	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado publicado	2.101	5.883	2.107	6.984	6.343	59.534
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(7.280)	1.239	(5.860)	8.784	(4.452)	(82.819)
Resultado reapresentado	(5.179)	7.122	(3.753)	15.768	1.891	(23.285)

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro 2008, tomados como base para a transição para as IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

CNPJ nº 60.851.615/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Custo atribuído (Deemed cost)

Corresponde à atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados e propriedades para investimento, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes ou por estudos técnicos fundamentados realizados internamente, e que compreendem ativos da Controladora e de suas Controladas.

Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Controladora		Consolidado			
	Práticas Contábeis Anteriores	Novas Práticas Contábeis	Práticas Contábeis Anteriores	Novas Práticas Contábeis		
	Ajustes	Contábeis	Ajustes	Contábeis		
Edificações	13.255	92.467	105.722	14.664	95.426	110.090
Máquinas e Equipamentos	18.194	33.271	51.465	30.987	36.746	67.733
Veículos	1.213	-	1.213	14.730	11.412	26.142
Terrenos	535	55.123	55.658	2.565	93.923	96.488
Instalações	6.003	-	6.003	8.200	-	8.200
Obras em Andamento	11.097	-	11.097	15.923	-	15.923
Outros	2.061	-	2.061	7.325	393	7.718
Total	52.358	180.861	233.218	94.394	237.900	332.295

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009.

c. Ativos biológicos

São representados por florestas de Pinus e gado de corte, classificados na rubrica de estoques no ativo circulante ou no ativo permanente. Conforme estabelecido pelo CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, esses ativos estão sendo mensurados aos seus valores justos (*fair value*). Pelas práticas contábeis anteriores esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

d. Investimentos mantidos ao custo histórico

1. Ações detidas da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD)

A Companhia e suas controladas possuem investimentos em ações da Companhia Vale do Rio Doce, as quais eram mantidas na rubrica Investimentos pelo custo de aquisição. Na aplicação do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Companhia revisou sua prática contábil e passou a classificar esses investimentos na categoria disponíveis para a venda mensurados aos seus valores justos (*fair value*).

2. CPR's - Certificado de Participação em Reflorestamento

Referem-se essencialmente a aportes efetuados para participação nos investimentos em ativos florestais administrados pela Controlada Energo. O retorno deste investimento é meramente o reflexo do lucro auferido pela venda de madeira (Pinus). De acordo com as definições contidas no CPC 39 - Instrumentos Financeiros - Apresentação, a Controladora classificou os referidos títulos como instrumentos patrimoniais. Esses títulos que antes eram apresentados por investimentos mantidos ao custo, passaram a refletir a participação líquida nos ativos florestais avaliados pelo valor justo.

e. Reclassificações

1. Contas a receber de contratos e adiantamento de clientes

Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia passou a apresentar de forma líquida em contas de ativo ou passivo, determinados saldos de adiantamentos de clientes e efeitos a faturar, desde que relacionados aos mesmos eventos de construção.

2. Propriedades para investimento

A Companhia reclassificou da rubrica de ativo imobilizado para a conta de propriedades para investimentos os andares comerciais localizados na Rua Hungria, arrendados para terceiros. A Companhia optou por manter tais ativos por seus valores de custo e divulgar os seus respectivos valores justos.

f. Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda entre a controladora e suas controladas

De acordo com o ICPG 9 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a controladora e suas controladas, quando aplicável, são eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, por ocasião da preparação das demonstrações contábeis individuais da Controladora. Consoante facultado pela Instrução CVM nº 247/96, a Companhia não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia aplicou esse ICPG nas demonstrações contábeis da controladora.

g. Lucros acumulados

Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos e da eliminação de lucros não realizados na controladora, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009.

h. Informações por segmento

A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual (Nota 25).

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

j. Informações adicionais às demonstrações contábeis

Apresentamos a seguir as conciliações, entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/09	01/01/09	31/12/09	01/01/09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		224.581	217.291	224.581	217.291
Ajustes na adoção inicial que possuem efeito tributário:					
Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído controladora, líquido da depreciação	2.1 (b)	179.697	180.859	253.858	242.168
Investimentos disponíveis para venda - ações da Companhia Vale do Rio Doce registradas ao valor justo	2.1 (d)	40.639	29.998	58.631	40.027
Contratos de construção - apuração da receita pelo grau de avanço (contratos de curto e médio prazos)	2.1 (a)	(3.171)	1.974	(2.896)	1.974
Valor justo ativo biológico - gado	2.1 (c)	-	-	45	441
Valor justo ativo biológico - floresta (Pinus)	2.1 (c)	-	-	44.002	47.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	2.1 (i)	(73.705)	(72.363)	(120.906)	(112.907)
		143.460	140.468	232.734	219.171
Ajustes na adoção inicial que não possuem efeito tributário:					
Estorno de dividendos (valor excedente ao mínimo previsto por Lei)	2.1 (c)	1.936	-	-	-
Valor justo CPRs - instrumentos patrimoniais	2.1 (c)	15.276	16.416	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído investidas reflexa, líquido da depreciação	2.1 (b)	50.796	46.998	-	-
Ajuste nos saldos de equivalência patrimonial (efeitos da adoção das novas práticas nas controladoras)	2.1 (f)	14.804	14.957	-	-
Baixa ativo diferido		(493)	-	(466)	(642)
Outros		(82.319)	17	998	(67)
		82.319	78.387	532	(709)
Patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis		450.360	436.147	457.847	435.753
				31/12/09	
				16.634	16.634
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores					
Ajustes na adoção inicial que possuem efeito tributário:					
Depreciação (<i>deemed cost</i> e nova vida útil)			(1.162)		(1.364)
Contratos de construção - apuração da receita pelo grau de avanço (contratos de curto e médio prazos)			(5.544)		(5.254)
Valor justo ativo biológico - gado			-		(396)
Valor justo ativo biológico - floresta (Pinus)			-		(356)
Baixa ativo diferido			416		176
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)			2.233		2.446
Subtotal			(4.057)		(4.748)
Ajustes na adoção inicial que não possuem efeito tributário:					
Valor justo CPRs - instrumentos patrimoniais			(1.141)		(2.535)
Ajuste nos saldos de equivalência patrimonial (efeitos da adoção das novas práticas nas controladoras)			(1.549)		-
Outros			(2.962)		274
Subtotal			(2.625)		(2.261)
Resultado de acordo com as novas práticas contábeis			9.625		9.625

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão localizadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definida em Reais (R\$).

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais - R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a. Instrumentos financeiros ao valor justo através de resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através de resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através de resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através de resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c. Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas Controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou hedges durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de ativos biológicos são formados por gados de corte e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seus valores justos (*fair value*). Também são classificados nessa rubrica as plantações de Pinus de reflorestamento para comercialização de toras de madeira que estão dentro do escopo do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

3.9. Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPG 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Ativo Biológico para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

Também são classificados nessa rubrica os gados reprodutores (matrizes) que estão dentro do escopo do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola e estão apresentados por seus valores justos (*fair value*). Efeitos decorrentes de alterações dos valores justos desses ativos no período são reconhecidos no resultado do exercício.

3.10. Arrendamento mercantil

• Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

• Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem alugueis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos de por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12. Ativo diferido

O ativo diferido foi registrado ao custo de aquisição ou formação. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica ativo diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição para o IFRS, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.13. Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.16. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado com base na taxa de desconto considerando o risco de crédito, os fluxos de caixa contratuais, e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídas em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC 32 - Tributo sobre o lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Para a parcela que exceder ao mínimo obrigatório, quando aplicável, deverá ser mantida no patrimônio líquido

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ nº 60.851.615/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IMMA - IND. METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	31/12/10	31/12/09
Ativo		
Circulante	145.489	183.610
Não Circulante	118.330	102.965
Realizável a longo prazo	10.319	7.695
Imobilizado	104.002	93.090
Intangível	4.009	2.180
Ativo total	263.819	286.575
Passivo		
Circulante	160.039	271.222
Não Circulante	33.867	250
Patrimônio Líquido	69.813	15.103
Passivo total	263.819	286.575
Demonstração do resultado		
Receita operacional líquida	251.939	36.331
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(213.972)	(24.193)
Lucro bruto	37.967	12.138
Receitas (despesas) operacionais	28.796	(4.994)
Lucro/prejuízo operacional	66.763	7.144
Imposto de renda e contrib. social	(9.527)	(1.215)
Lucro/prejuízo do exercício	57.236	5.929

A IMMA foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Alstom Hydro Energia Ltda. Os ativos, passivos e contas de resultado da IMMA foram proporcionalmente integrados às informações anuais da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos	348	439	3.403	472	640	3.726
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	-	27.958	24.449	21.367	86.979	32.254
	348	28.397	27.852	21.839	87.619	35.980

As aplicações financeiras de curto e longo prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas eram remuneradas por taxas que variavam de 100% a 102,5% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2010 e 2009, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Clientes no País	96.095	160.768	98.251	112.245	171.137	102.403
Empresa Controlada	2.497	1.166	45	528	-	-
Efeitos a Faturar	122.861	107.271	37.310	112.837	149.451	50.841
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(423)	(344)	(442)	(1.049)	(344)	(442)
Ajustes a valor presente	(146)	(71)	(53)	(146)	(72)	(53)
	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
De 1 a 30 dias	283	445	433	6.875	3.263	3.699
De 31 a 60 dias	342	12	300	425	1.202	313
De 61 a 90 dias	15	78	167	15	121	169
De 91 a 120 dias	15	70	630	31	70	632
Acima de 121 dias	301	300	596	1.269	1.240	1.297
	956	905	2.126	8.615	5.896	6.110

Efeitos a faturar: refere-se à quantia bruta devida pelo contratante relativa aos trabalhos do contrato executados e não cobrados ou recebidos (ver Nota 7).

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas Controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes principalmente a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados	61.644	145.079	55.059	66.796	147.197	56.539
Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados	149.718	77.382	59.050	150.166	101.330	57.570
Outros contratos, produtos e serviços a receber (Nota 6)	9.522	46.329	21.002	7.453	71.645	38.640
	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749

Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (Nota 19)

Contratos de construção líquidos a receber	151.036	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
		75.970	8.638	84.219	(27.861)	17.447

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos Acabados	17.648	22.206	25.616	17.857	23.649	26.837
Produtos em elaboração	5.172	2.535	4.878	8.446	10.821	3.764
Matérias-Primas	74.994	66.654	74.291	106.762	83.321	74.453
Materiais de Consumo	1.107	875	751	3.088	2.505	1.852
Ativos Biológicos	-	-	-	-	49.923	51.970
	98.921	92.270	105.536	136.153	170.219	158.876

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa anual depreciação %			
Custo	4.660	(114)	4.546
Depreciação	-	-	501
Líquido	4.660	4.604	4.660
Edifícios	2,77	-	501
Aluguéis Recebidos	-	-	483
			531

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. Estes correspondem a três andares do prédio comercial alugados. Com base em um laudo de avaliação patrimonial a Companhia estima que cada um possua um valor de R\$ 1.730.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

a. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
ICMS	1.151	3.872	10.773	1.158	4.051	10.773
IPI	10.851	7.996	15.218	10.961	8.347	15.218
Imposto de renda e contribuição social	2.911	9.484	5.555	19.894	12.877	7.277
COFINS	21.051	7.656	3.819	26.334	8.660	3.899
PIS	4.567	4.152	3.243	5.840	4.490	3.243
Outros impostos e contribuições	705	164	120	2.267	995	3.282
	41.236	33.324	38.728	66.454	39.420	43.692
Não circulante						
ICMS	1.147	1.195	-	1.941	1.811	-
IPI	640	-	-	640	-	-
PIS	2.560	-	-	2.605	-	-
COFINS	-	-	-	159	-	-
	4.347	1.195	-	5.345	1.811	-
	45.583	34.519	38.728	71.799	41.231	43.692

b. Imposto de Renda e Contribuição Social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revistas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revistas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízos fiscais	10.916	7.485	385	14.147	11.300	5.113
Base negativa CSLL	3.640	-	315	6.820	1.230	2.035
Diferenças temporárias	5.533	1.041	763	7.638	1.041	910
Total IR/CS diferido ativo	20.089	8.526	1.463	28.605	13.571	8.058
Efeito de IR/CS diferidos passivo na adoção dos novos pronunciamentos	76.496	73.706	71.179	98.117	120.906	112.845
Saldos de IR/CS diferidos passivo	56.407	65.180	69.716	69.512	107.335	104.787

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/10	
	Controladora	Consolidado
2011	2.811	2.811
2012	2.611	3.280
2013	2.147	2.864
2014	2.063	2.852
2015	1.947	2.822
2016	1.867	2.848
2017	1.781	2.875
2018	1.698	2.915
2019	1.617	2.749
2020	1.547	2.589
	20.089	28.605

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e, consequentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, líquido dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos	(716)	944	1.072	7.297
IRPJ/CSLL - taxa nominal - 34%	(24)	(321)	(364)	(2.481)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	1.769	6.524	47.536	11.175
Provisões não dedutíveis	9.056	979	10.641	1.377
Exclusões permanentes:				
Receitas isentas de impostos	(13.095)	(626)	(24.973)	(1.414)
Juros s/ capital próprio	-	-	221	221
Equivalência patrimonial	(25.149)	(3.142)	(1)	(380)
Reversões de provisões	(9.570)	(6.387)	(14.882)	(8.160)
Outras	-	(169)	(9.707)	(861)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	10.908	8.681	13.930	5.161
.Corrente	-	(642)	(18.906)	(4.439)
.Diferido	10.908	9.323	32.836	9.600

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Essa conta é formada unicamente por ações da Companhia Vale do Rio Doce. O ganho ou perda proveniente de alteração do valor justo de um Ativo Financeiro Disponível para Venda é reconhecido como outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação patrimonial), exceto no caso de perdas no valor recuperável e de ganhos e perdas de variações cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido (vendido ou transferido), momento em que o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido deverá ser reconhecido no resultado. Os dividendos resultantes de um instrumento patrimonial disponível para venda são reconhecidos no resultado quando o direito da entidade de recebê-los é reconhecido.

O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do período.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de "Investimentos detidos para a venda" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota 3.4 item "c".

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período está demonstrado conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	964.830	964.830	1.254.230			
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05			
Saldo contábil (fair value)	46.920	40.677	30.164			

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	1.391.070	1.391.070	1.680.470			
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05			
Saldo contábil (fair value)	67.68					

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ nº 60.851.615/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	Consolidado				
	31/12/09	31/12/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Outras	
Edificações	138.602	548	(914)	34.839	173.075
Máquinas e equipamentos	168.440	12.617	(8.061)	14.249	187.245
Móveis e utensílios	7.300	617	(381)	73	7.609
Veículos	52.303	372	(3.038)	(11.593)	38.044
Equipamentos de computação	7.305	321	(716)	(21)	6.889
Terrenos	96.697	-	(39.601)	(202)	56.894
Instalações	32.249	8	(4.909)	573	27.921
Obras em andamento	36.328	41.265	(207)	(54.435)	22.951
	539.224	55.748	(57.827)	(16.517)	520.628

Estão considerados os montantes a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na nota 18.1.

Para determinação do custo atribuído (*deemed cost*) e das novas vidas úteis econômicas remanescentes de determinadas classes de ativos contratou como avaliadores a empresa especializada independente "Stima Engenharia Ltda."

A metodologia geral empregada na avaliação das Edificações, Máquinas e Equipamentos basearam-se nas normas vigentes na data da transição para as IFRS da ABNT - NBR 14.653 - partes 1e 5 e *International Valuation Standards (IVS)*- IVS 1: *Market Value Basis of Valuation*; IVS 2: *Valuation Bases Other than market value* e IVS 3: *Valuation Reporting*.

Para Terras (Fazenda) pertencentes à controlada Energo Agro Industrial Ltda., foi utilizado como parâmetro para determinação do valor justo, o valor praticado na venda em 2010, para partes não relacionadas e em condições normais de mercado.

b. Movimentação dos saldos

	Bardella		Energro Agro		Duraferro Ind. e		IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.		Bardella		Total
	Inst. Ltda.	Adm. de Bens e Empr. e Cor. Seguros Ltda.	Industrial Ltda.	Comércio Ltda.	Inds. Ltda.	Planihold S.A.	Inds. Ltda.	Planihold S.A.	Inds. Ltda.	Planihold S.A.	
Saldo em 1 de janeiro de 2009	12.112	10.817	5.259	-	4.552	1.352	4.140	-	-	-	38.232
Ajustes de mudanças nas práticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos iniciais ajustados	28.898	33.262	27.998	-	4.552	1.352	4.140	-	-	-	100.202
Aquisição de participação	-	-	-	6.663	-	-	-	-	-	-	6.663
Resultado de equivalência patrimonial	2.321	2.104	(722)	1.286	2.964	(109)	109	-	-	-	7.954
Efeito de outros resultados abrangentes em controladas	(1.189)	4.989	-	-	-	-	-	-	-	-	3.799
Baixa de participação	-	-	-	-	-	-	(1.243)	-	-	-	(1.243)
Estorno de lucro a distribuir provisionado	-	-	341	-	-	-	-	-	-	-	341
Juros sobre o capital próprio	-	(647)	-	-	-	-	-	-	-	-	(647)
Saldos no patrimônio líquido	30.030	39.708	27.617	7.949	7.516	-	4.249	-	-	-	117.069
(+) Estorno de lucros provisionados	-	1.982	247	1.675	-	-	-	-	-	-	3.904
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.030	41.690	27.864	9.624	7.516	-	4.249	-	-	-	120.973
Resultado de equivalência patrimonial	(7.773)	5.793	4.221	3.724	28.618	-	4	-	-	-	34.587
Integralização de capital	-	191	-	-	-	-	-	-	-	-	191
Lucros pagos	-	(1.980)	(247)	(4.063)	(809)	-	-	-	-	-	(7.099)
Juros sobre o capital próprio	-	(636)	-	-	(405)	-	-	-	-	-	(1.041)
Outros	-	-	(524)	-	37	-	-	-	-	-	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.257	45.058	31.314	9.285	34.957	-	4.253	-	-	-	147.124

Controladas e coligadas

Informações das investidas

	Bardella Inst. Ltda.			Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor. Seg. Ltda.			Energo Agro Industrial Ltda.		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Capital social	22.672	22.672	22.672	2.850	2.850	2.850	5.400	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	22.672	2.850	2.837	2.837	5.400	5.400	5.400
Ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	22.672	22.672	22.672	2.837	2.837	2.837	5.400	5.400	5.400
Patrimônio líquido	23.445	14.237	12.112	44.875	12.420	10.866	49.794	8.744	8.353
Ajustes para os novos pronunciamentos	13.411	15.793	16.786	15.071	27.471	22.550	57	35.121	36.116
Patrimônio líquido ajustado	22.257	30.030	28.898	45.058	39.891	33.416	49.737	43.865	44.469
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,54%	99,54%	62,96%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	22.257	30.030	28.898	45.058	39.708	33.262	31.314	27.617	27.998
Resultado de equivalência patrimonial	(7.773)	2.125	-	5.793	2.193	-	4.221	247	-
Ajustes para os novos pronunciamentos no resultado de controladas	-	196	-	-	(89)	-	-	(969)	-
Resultado de equivalência patrimonial ajustado	(7.773)	2.321	-	5.793	2.104	-	-	(722)	-

	Bardella Timken Serv. Inds. Ltda.			IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.			Planihold S.A.		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Capital social	-	-	4.001	10.000	10.000	10.000	23.440	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	-	-	2.000	5.000	5.000	5.000	4.866	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	-	-	4.866	4.866	4.866
Quotas	-	-	2.000	5.000	5.000	5.000	-	-	-
Patrimônio líquido	-	-	2.704	34.957	15.103	9.103	20.485	20.467	19.938
Ajustes para os novos pronunciamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	-	-	2.704	34.957	15.103	9.103	20.485	20.467	19.938
Participação no capital social, no final do exercício - %	-	-	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	20,76%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	-	-	1.352	17.479	7.552	4.552	4.253	4.249	4.139
Resultado de equivalência patrimonial	-	(109)	-	28.213	2.964	-	4	109	-

	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Software	Prazos de vida útil	Amortização		
	31/12/10	31/12/09			Saldo em 31/12/09	Saldo em 31/12/10	
Capital social	1.500	1.500	05 anos	(15.323)	(1.966)	21	(17.268)
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	600	600		(15.323)	(1.966)	21	(17.268)
Ordinárias	-	-		8.698	1.302	(3)	9.997
Quotas	600	600					
Patrimônio líquido	23.200	19.873					
Ajustes para os novos pronunciamentos	6.325	-					
Patrimônio líquido ajustado	23.212	19.873					
Participação no capital social, no final do exercício - %	40,00%	40,00%					
Participação no patrimônio líquido	9.285	7.949					
Resultado de equivalência patrimonial	3.724	1.286					

g. CPR's - Certificado de Participação em Reflorestamento - Refere-se a participação da Controladora nos investimentos em ativo florestal administrados pela Controlada Energo, cujos projetos foram inteiramente liquidados em 2010 em função da venda dos ativos florestais. O retorno deste investimento é meramente o reflexo do lucro auferido pela venda de madeira (Pinus).

16. ATIVOS BIOLÓGICOS

Ativos biológicos - florestais

Florestas: O valor justo dos ativos biológicos florestais, compostos de ativos maduros, foi determinado a partir do valor médio trimestral das vendas líquidas de impostos menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Árvores (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo Inicial	46.423	50.193
Variação do valor justo	(1.995)	1.974
Adições	-	-
Baixas por vendas	(44.428)	(5.744)
Saldo Final	46.423	46.423

Ativos biológicos - gado

Gado - matrizes e reprodutores: O valor justo dos ativos biológicos - gado, foi obtido a partir da cotação mensal da arroba na região de Campo Grande-MT e considerou critério do valor de venda líquida menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Gado (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial	1.504	1.777
Variação do valor justo	870	435
Adições	102	287
Transferências	(328)	(287)
Baixas	(2.148)	(708)
Saldo final	-	1.504

Ativo Biológico (Ativo Permanente) - Matrizes e Reprodutores

	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial	1.063	1.105
Variação do valor justo	299	(96)
Adições	28	49
Transferências	328	287
Baixas	(1.718)	(282)
Saldo final	-	1.063

17. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

	Controladora				Valor justo reconhecido na aquisição
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/09	Aquisições	Baixas	
Vida útil definida					
Software	05 anos	16.565	515	(10)	17.070
Ágio aquis. Investim.	indefinida	3.337	-	-	3.337
		19.902	515	(10)	20.407
		Amortização			
Prazos de vida útil		Saldo em 31/12/09	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/10
Software	05 anos	(14.407)	(691)	9	(15.089)
		(14.407)	(691)	9	(15.089)
Total		5.495	(176)	(1)	5.318
		Consolidado			
		Custo			
Prazos de vida útil		Saldo em 31/12/09	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/10
Vida útil definida					
Software	05 anos	19.016	3.268	(24)	22.260
Ágio aquis. Investim.	indefinida	5.005	-	-	5.005
		24.021	3.268	(24)	27.265
		Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa					5.242
Contas a receber de clientes					2.867
Contratos de Construção					227
Estoques					4.046
Outros Ativos					2.101
Investimentos					4
Ativo Imobilizado					20.517
Total de ativos adquiridos					35.004
Passivos					
Contas a pagar a fornecedores					1.659
Outras Obrigações					4.515
Obrigações tributárias					5.639
Adiantamento de Clientes					6.533
Total de passivos assumidos					18.346
Total dos ativos identificáveis líquidos					16.658
Participação de não controladores (40%)					(6.663)
Total dos ativos identificáveis líquidos consolidado					9.995
Ágio na compra					5.005
Valor pago					15.000

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ nº 60.851.615/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		BardeLLa 40%	BABECS 20%	Consolidado 60%				
Total da contra prestação		10.000	5.000	15.000				
Ativos identificáveis líquidos		(6.663)	(3.332)	(9.995)				
Ágio na aquisição (Nota 17)		3.337	1.668	5.005				
No período de doze meses após a aquisição, a Companhia não identificou eventos ou ajustes que pudesse requerer ajuste no valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.								
18. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS								
	Taxa média anual de juros em	Controladora		Consolidado				
	Indexador	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
BNDES - Finem	TJLP	2,16%	14.257	15.862	15.341	29.062	15.862	15.341
BNDES - Finaime	TJLP	3,18%	4.344	6.317	5.969	20.548	18.116	20.059
Outros	Fixo	16,20%	-	-	-	5.321	6.734	-
Outros	CDI	2,60%	4.398	-	-	4.398	-	-
Arrendamento Mercantil	Fixo	18,40%	-	-	-	7.493	8.177	3.599
Total Imobilizado			22.999	22.179	21.310	66.822	48.889	38.999
Capital de Giro:								
Financiamento Importação	EUR	5,13%	5.623	-	11.222	5.623	-	11.222
Financiamento Importação	USD	1,95%	3.520	6.329	-	3.520	6.329	-
Nota de Crédito Exportação	CDI	1,00%	14.345	-	-	14.345	-	-
BNDES - Finaime Fabricante	Fixo	1,26%	13.049	56.375	-	13.049	56.375	-
Conta Garantida	CDI	1,65%	15.099	-	-	15.099	-	-
Capital de Giro	TJLP	3,50%	-	-	-	-	-	1.187
Total Capital de Giro			51.636	62.704	11.222	51.636	62.704	12.409
Total Geral			74.634	84.883	32.532	118.458	111.593	51.408
Parcela Circulante			57.736	55.083	12.655	66.392	62.983	17.561
Parcela não circulante			16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847
Os financiamentos Finaime têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants).								
Cronograma de desembolsos								
		Controladora		Consolidado				
Ano		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
2010		-	-	4.271	-	-	8.524	
2011		-	17.256	4.262	-	24.119	8.297	
2012		5.928	4.631	4.138	18.757	10.616	7.353	
2013		4.554	3.573	3.021	15.236	8.111	5.488	
2014		4.083	2.898	2.790	10.444	4.322	2.790	
2015		2.334	1.442	1.395	7.037	1.442	1.395	
2016		-	-	-	592	-	-	
		16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847	

22. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Atendendo ao disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	10.192	9.625	15.002	12.458
Variação do valor justo das ações da Vale do Rio Doce (*)	6.438	17.955	9.208	25.895
Venda de ações da Vale do Rio Doce (*)	-	-	(7.442)	-
Efeito de IR/CS diferidos	(2.189)	(3.574)	(3.130)	(6.274)
Efeito equivalência patrimonial	1.820	5.211	-	-
Total do resultado abrangente	16.261	21.775	21.080	24.637

(*) Vide nota 11

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas Financeiras				
Juros	14.887	19.595	19.325	22.957
Variações cambiais passivas	(2.606)	20	(2.535)	(17)
Fianças bancárias	4.388	3.574	4.464	3.678
IOF	1.755	1.612	2.589	1.621
Outros	1.110	2.399	1.584	1.482
Total	19.534	27.200	25.427	29.721
Receitas Financeiras				
Juros	7.215	10.864	6.732	14.444
Variações cambiais ativas	(477)	(3.824)	(355)	(4.191)
Outros	1.203	787	6.179	795
Total	7.941	7.827	12.556	11.048
Líquido	(11.593)	(19.373)	(12.871)	(18.673)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Provisão/reversão de ações judiciais	(11.557)	6.871	(12.838)	6.945
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	49	10.612	57.613	10.968
Resultado líquido de participações societárias	18.849	1.662	23.679	3.122
Despesas tributárias (*)	(225)	(10.988)	(530)	(10.988)
Outras (despesas) receitas operacionais	37	821	(38.314)	(2.332)
Total	7.153	8.978	29.610	7.715

(*) Despesas relativas a adesão ao programa de redução de tributos da Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09, exercício de 2009.
Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebido à vista.

As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reserva de Incentivos Fiscais.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

	Mecânica	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	949.123	101.851	(68.911)	982.063
Lucro líquido	37.627	14.811	(42.246)	10.192
Ativos operacionais	1.118.606	129.498	(284.564)	963.540
Passivos operacionais	547.544	55.544	(88.686)	514.402

26. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Materiais e demais desp. comerciais e adm.	498.259	440.993	623.903	477.088
Gastos com pessoal	98.916	90.231	195.508	177.047
Depreciação	15.948	17.709	24.562	26.409
Total	613.123	548.933	843.973	680.544

27. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente, estoques e bens da Sociedade em Conta de Participação.
Em 31 de dezembro, o valor total dos riscos diversos e não declarado conforme apólice vigente era de R\$ 261.909.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Visão geral
Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das "estimativas contábeis", conforme consta na nota 3 - *Resumo das principais práticas contábeis*.
A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.
A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras na Companhia Vale do Rio Doce, foram classificadas na categoria "Investimentos disponíveis para a venda" e estão sendo mantidos exclusivamente com finalidade de aplicação financeira, encontram-se avaliados pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.
Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Valor (em R\$ mil)	Moeda	Valor (em R\$ mil)	Moeda	Valor (em R\$ mil)	Moeda
Natureza do Saldo						
Adiantamentos para importações	3.845	EUR	1.583	EUR	13.758	EUR
Adiantamentos para importações	521	USD	1.743	USD	1.093	USD
Financiamento Finimp	5.623	EUR	6.329	EUR	11.222	EUR
Financiamento Finimp	3.520	USD	-	USD	-	USD
Importações de materiais	1.610	EUR	997	EUR	2.200	EUR
Importações de materiais	1.728	USD	744	USD	400	USD

d. Riscos
As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos
Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade a taxa de juros
A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/ Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
2010	+ 50	(521)	(521)
	+100	(1.042)	(1.042)
	- 50	(521)	(521)
2009	+ 50	(321)	(321)
	+100	(641)	(641)
	- 50	321	321

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS
CNPJ nº 60.851.615/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio Consolidado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

Índice de Alavancagem

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Empréstimos e financiamentos	74.635	84.883	32.532	118.458	111.593	51.408
Fornecedores	71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870
Adiantamento de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
Outros	163.838	103.840	114.244	166.233	162.716	160.048
Dívida líquida	380.050	437.322	317.576	499.191	687.318	393.628
Patrimônio líquido	455.686	450.360	436.147	464.865	457.847	435.753
Patrimônio líquido e dívida líquida	835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381
Coefficiente de alavancagem	0,45	0,49	0,42	0,52	0,60	0,47

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios, entretanto os contratos relacionados a tais projetos geralmente prevêm cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/ Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
2010	+10	(812)	(812)
	-10	812	812
	+25	(2.029)	(2.029)
2009	+10	(474)	(474)
	-10	474	474
	+25	(1.186)	(1.186)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Bardella
Presidente
Alfredo Camargo Pentead Neto
Vice-Presidente
José Eduardo Carvalho de Almeida Machado
Conselheiro
Sheila Periard Henrique Silva
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro
Carlos Jorge Loureiro
Conselheiro
Henrique Alves de Araújo
Conselheiro
Isaac Selim Sutton
Conselheiro
José Eduardo Escorel de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

José Roberto Mendes da Silva
Diretor-Presidente
Eduardo Fantin
Diretor
Plínio Centomoro
Diretor
Rubens Geraldo Gunther
Diretor

Contador - Luiz Honório Martins – CRC – 1SP128092/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e onze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS, em reunião realizada no escritório da Companhia, situado na Rua Hungria, 888 - 3º andar, São Paulo, SP, emitem PARECER, em atendimento às suas obrigações estatutárias e legais, após ouvidos os representantes da auditora Ernst & Young e com base no respectivo Parecer, opina favoravelmente à aprovação pelos senhores acionistas do Relatório da Administração, Balanço e demais demonstrações financeiras do exercício de 2010, assim como a destinação do lucro, tal como proposto.

São Paulo, 28 de março de 2011.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho

Henrique Alves de Araújo

Carlos Jorge Loureiro

José Eduardo Escorel de Carvalho

Isaac Selim Sutton

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma

opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de março de 2010, que não conteve qualquer modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2011.



ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3
Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi impactado pela crise econômica mundial em 2009 nos vários segmentos de mercado em que atuamos, considerados de "ciclo longo". Nestes segmentos os efeitos de uma crise são normalmente sentidos mais tardiamente, e também apresentam um período de recuperação mais longo, quando comparados aos mercados de desempenho mais dinâmico.

Além da desaceleração do ritmo de investimentos nos setores de produção industrial e infra-estrutura, a obtenção de novos contratos foi também prejudicada pela apreciação da nossa moeda, que vem sistematicamente facilitando a entrada no Brasil de bens de capital de origem estrangeira e, em sentido oposto, tornando praticamente inviável a exportação.

Acreditamos que, em 2011, haverá gradual crescimento da demanda por equipamentos nos diversos segmentos em que atuamos, principalmente alavancados pela retomada dos investimentos em Geração de Energia – Hidroelétrica, Eólica e no Pré-Sal.

Do ponto de vista de execução, o ano de 2010 foi extremamente importante para nossa Companhia pela conclusão com sucesso do projeto da ThyssenKrupp – CSA, de altíssimo valor tecnológico para a Bardella, e pelo significativo avanço na fabricação dos equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as Usinas Hidroelétricas de Jirau e Santo Antonio.

Para o próximo exercício, manteremos nossa constante busca pela melhoria da competitividade de nossos produtos, por meio do controle de nossos custos, processos e despesas, assim como, por soluções tecnológicas que agreguem valor dos nossos negócios assegurando um crescimento seguro.

CLAUDIO BARDELLA

Presidente do Conselho de Administração

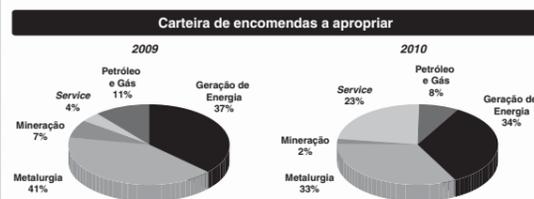
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Considerando o volume de pedidos em carteira que a Companhia detinha no início de 2010, e apesar da postergação e suspensão de alguns projetos que foram fortemente atingidos pela crise econômica mundial, a realização de receitas relativas a equipamentos mecânicos não foi afetada.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladora e coligadas em 31/12/2010 era de R\$ 725 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora em 31/12/2010 era de R\$ 332,28 milhões e em 31/12/2009 de R\$ 609,2 milhões.



Em 2010, a receita líquida de vendas de aços treliçados e laminados foi de R\$ 75,29 milhões (R\$ 53,4 milhões em 2009).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas de Santo Antonio e Jirau;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

www.bardella.com.br
INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos no orçamento de capital aprovado em 2010, no valor de R\$ 6,64 milhões, foram totalmente implementados no ano de 2010.

SISTEMA DE GESTÃO

A Companhia possui um Sistema de Gestão Integrada que adota os requisitos da norma ABNT ISO 9001:2008 (Qualidade), estando estruturado em processos e tendo seu desempenho monitorado por meio de indicadores objetivos.

Além disso, a empresa possui certificação ambiental por meio da ISO 14001:2004 e certificação em gestão de segurança e saúde ocupacional pela OHSAS 18001:2007.

RECURSOS HUMANOS

- Nosso quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 2.007 (2.005 em 31/12/2009);
- O Programa de Participação nos Resultados da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, estabelece a distribuição de até um salário e meio por colaborador. Em 2010 foi destinado o montante de R\$ 2,8 milhões (R\$ 2,5 milhões em 2009);
- A remuneração em 2010 de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais atingiu o montante de R\$ 127 milhões (R\$ 119 milhões em 2009);
- Os investimentos em benefícios aos colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, transportes, recreação e outros, em 2010 atingiu o montante de R\$ 15 milhões (R\$ 12,9 milhões em 2009).

A Bardella participa ativamente das comunidades onde mantém operações, tendo como prioridade os aspectos da qualidade de vida, saúde, educação e cidadania.

- As principais ações e projetos nos quais a Bardella está envolvida são:
- ONG Viva Guarulhos - Melhoria da Qualidade de Vida em Guarulhos;
- Programa FORMARE - Desenvolver a potencialidade de jovens de baixa renda e inseri-los no mercado de trabalho e, quando possível, aproveitá-los na empresa. Em 2010 foi concluída a 8ª turma nas unidades de Guarulhos e Sorocaba, com formação de 38 alunos, totalizando aproximadamente 316 jovens formados nestes oito anos de projeto na Bardella. É importante salientar que mais de 65% dos ex-alunos FORMARE são atualmente colaboradores da empresa;
- Voluntariado - A empresa incentiva o trabalho voluntário e conta atualmente com mais de 10% de colaboradores envolvidos.

EMPRESAS CONTROLADAS
Barefame Instalações Industriais Ltda.

No exercício findo em 31/12/2010, a receita operacional líquida da empresa atingiu o montante de R\$ 134,7 milhões (R\$ 129,7 milhões em 2009) e realizou um prejuízo líquido de R\$ 7,7 milhões (Lucro Líquido de R\$ 2,6 milhões em 2009) já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 145,28 milhões (R\$ 126 milhões em 2009), distribuído nas seguintes áreas de atuação:

	2010	2009
Geração de Energia	47%	82%
Petróleo e Gás	47%	7%
Siderúrgico	6%	10%
Mineração	-	1%

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 952 (1.921 em 31/12/2009).

Energro Agro Industrial Ltda.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebidos à vista. Em decorrência da venda das terras, foi vendido também o plantel de gado.

Dados quantitativos em 31/12/2009:

- Terras: 19.000 hectares
- Estoque de árvores em pé (pinus): 3.715 milhões de metros estéreos
- Plantel de gado: 4.326 cabeças
- Quadro de colaboradores: 23

O lucro líquido de R\$ 40,4 milhões em 2010 (R\$ 20 mil em 2009), já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

A empresa tem como atividade principal o agenciamento de seguros para a Bardella S.A., suas controladas, os colaboradores das mesmas e ao mercado, e administra seus imóveis. Trabalha também em sinergia com a empresa controladora e suas empresas controladas para obtenção de seguros necessários à participação em concorrências.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

Empresa constituída em 2008 a partir de uma *joint venture* entre a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (50%) e Alstom Hydro Energia Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e tem por objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para a usina hidroelétrica de Santo Antônio no rio Madeira.

A empresa obteve a receita líquida de R\$ 251,9 milhões (R\$ 36,3 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 57,2 milhões (R\$ 5,9 milhões em 2009) já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, sendo R\$ 19,94 milhões destinados à reserva de incentivos fiscais em 31/12/2010.

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 362 milhões (R\$ 614 milhões em 31/12/2009).

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 396.

DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda.

A empresa está situada em Araras – SP e atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos, detendo Bardella e Babecs 60% do capital social.

Em 2010, a receita operacional líquida atingiu o total de R\$ 59 milhões (R\$ 39,3 milhões em 2009) e o lucro líquido R\$ 9,3 milhões (R\$ 6,1 milhões em 2009), já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 66,45 milhões (R\$ 66,3 milhões em 31/12/2009).

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 293.

MERCADO DE CAPITAIS

Principais indicadores de desempenho:

	2010	2009
Participação nos pregões	45%	64%
Ações negociadas	102.800	442.240
Valores transacionados (R\$ milhões)	15,78	57,3
Valor de mercado (*1) (R\$ milhões)	250,3	225,5
Ações emitidas (*2)	1.600.000	1.600.000

Notas: (*1) Para determinar o valor de mercado da empresa utilizou-se a cotação média das ações preferenciais do último mês do exercício, multiplicado pelo número de ações emitidas.

(*2) Total de ações da Companhia no final do exercício.

A Companhia mantém no site www.bardella.com.br, página de relação com os investidores, disponibilizando as informações trimestrais e anuais, além de realizar reuniões com acionistas e analistas de mercado, tratando de assuntos relativos ao mercado em que atua, bem como sobre o desempenho operacional da empresa.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contrata os Auditores Independentes para serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2010.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, acionistas, representantes comerciais, órgãos governamentais, fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação e participação nos planos e programas desenvolvidos.

A DIRETORIA

Continua...



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 00.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
compANHIA ASSOCIADA

BOAS PRÁTICAS
NAS SOCIEDADES
DE VALORES
ABCAO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01/01/2009
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado				
		31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09			31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09		
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	5	348	28.397	27.852	21.839	87.619	35.980	Financiamentos e empréstimos	18	57.736	55.083	12.655	66.392	62.983	17.561		
Contas a receber de clientes	6	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749	Fornecedores		71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870		
Estoques	8	98.921	92.270	105.536	136.153	170.219	158.876	Impostos e contribuições a recolher		2.954	3.292	2.972	6.402	6.754	4.666		
Imposto a recuperar	10	41.236	33.324	38.728	66.454	39.420	43.692	Salários e férias a pagar		16.228	18.756	14.387	25.626	29.729	19.971		
Despesas antecipadas		1.953	3.151	2.254	3.124	3.763	2.803	Adiantamentos de clientes	19	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302		
Outros créditos	12	22.114	28.601	40.806	32.909	25.428	34.020	Outras contas a pagar		19.715	5.217	8.021	24.738	10.177	9.050		
		385.456	454.533	350.287	484.894	646.621	428.120	Dividendos e juros sobre o capital próprio		9.570	9.532	9.697	10.871	3.920	9.697		
								Imposto de renda e contribuição social	10 a	-	-	-	11.727	539	-		
										247.780	340.479	218.532	360.256	527.111	243.117		
Não circulante								Não circulante									
Realizável a longo prazo								Partes relacionadas		47.577	-	-	-	-	1.259		
Partes relacionadas	13	4.857	3.303	7.897	-	-	1.259	Financiamentos e empréstimos	18	16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847		
Títulos e Valores Mobiliários	11	46.920	40.639	30.164	67.683	58.631	40.415	Provisão para contingências	20	11.377	762	7.504	14.772	1.582	7.591		
Imposto a recuperar	10	4.347	1.195	-	5.345	1.811	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	56.407	65.180	69.716	69.512	107.335	104.787		
Despesas antecipadas		-	-	-	2.377	3.872	-	Outras contas a pagar		10	1.101	1.947	2.585	2.680	3.027		
Outros créditos	12	3.813	4.333	7.481	7.340	5.344	8.665			132.270	96.843	99.044	138.935	160.207	150.511		
		59.937	49.470	45.542	82.745	69.658	50.339	Patrimônio líquido	21								
Imobilizado	14	237.710	236.789	233.218	377.488	405.525	332.295	Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800	116.800	116.800		
Investimentos	15	147.265	141.136	122.320	4.386	10.058	11.982	Reservas de capital		36.593	15.368	15.368	36.593	15.368	15.368		
Propriedade para Investimento	9	-	-	-	4.546	4.604	4.660	Ajustes de avaliação patrimonial		167.416	193.463	186.249	175.174	193.571	186.249		
Intangível	17	5.318	5.495	1.949	9.997	8.699	1.985	Reservas de lucros		134.877	124.729	117.730	127.018	124.297	117.088		
Diferido		-	259	407	-	-	-	Participação de acionistas não controladores		-	-	-	9.280	7.811	248		
		450.280	433.149	403.436	479.162	498.544	401.261			455.686	450.360	436.147	464.865	457.847	435.753		
		835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381			835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital		Legal	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Ativo diferido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Reservas inc. fiscais	Reservas de capital		Retenção de lucros	Outras reservas						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	116.800	-	15.368	18.188	66.935	-	-	-	217.291	-	-	217.291
Ajustes de mudanças de práticas contábeis	2 (j)	-	-	-	-	-	-	186.249	218.856	(642)	-	218.214
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	248
Saldos iniciais ajustados em 01 de janeiro de 2009	116.800	-	15.368	18.188	66.935	32.607	-	186.249	436.147	(642)	248	435.753
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.625	-	9.625	-	7.705	17.330
Valorização das ações da Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	6.939	6.939	-	-	6.939
Ajustes equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	6.993	-	6.993	-	-	6.993
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	176
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)	-	-	-	-	-	(3.713)	-	3.713	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da depreciação do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.438	-	(3.438)	-	-	-	-
Outros ajustes de mudanças de práticas contábeis	-	-	-	-	-	(3.703)	3.703	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	831	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	6.459	3.687	(10.146)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(9.344)	-	-	-	-	(9.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 - reapresentado	116.800	-	15.368	19.019	73.394	32.316	-	193.463	450.360	(466)	7.953	457.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.192	-	10.192	-	1.276	11.468
Valorização das ações da Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	6.271	6.271	-	-	6.271
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)	-	-	-	-	-	25.353	-	(25.353)	-	-	-	-
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	-	416
Realização da depreciação do ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	5.593	-	(6.965)	(1.372)	-	-	(1.372)
Outros ajustes de mudanças de práticas contábeis	-	-	-	-	-	(421)	-	-	(421)	-	-	(421)
Reserva para incentivos fiscais	-	21.225	-	-	-	(20.887)	(338)	-	-	-	-	-
Reserva para orçamento de capital	-	-	-	-	23.025	(23.025)	-	-	-	-	-	-
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	510	-	-	(510)	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(9.344)	-	(9.344)	-	-	(9.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	116.800	21.225	15.368	19.529	96.419	18.929	-	167.416	455.686	(50)	9.229	464.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(716)	944	1.072	7.297				
Ajustes por:								
Depreciação e amortização	9.787	10.567	25.072	20.038				
Provisões (constituições e reversões)	10.615	(6.742)	11.906	(6.009)				
Encargos financeiros s/ financiamentos	8.277	5.066	14.031	8.142				
Participações de acionistas não controladores	-	-	(4.810)	(2.833)				
Custo baixa imobilizado, investimentos	20.196	674	57.606	1.143				
Venda imobilizado, investimentos	(34.173)	-	(100.414)	-				
Equivalência patrimonial	(34.587)	(7.954)	(3)	(109)				
	(20.601)	2.555	4.460	27.669				
Variações nos ativos e passivos								
Redução/aumento em contas a receber	47.905	(133.679)	72.723	(149.172)				
Aumento/redução nos estoques	(6.651)	13.267	29.319	(9.948)				
Aumento/redução nos impostos a recuperar e outros	(23.144)	4.258	(59.958)	(20.232)				
Aumento em fornecedores	15.950	11.452	9.328	18.106				
Redução/aumento nos adiantamentos de clientes	(122.972)	66.347	(189.583)	194.477				
Aumento em outras contas a pagar	60.845	6.633	14.342	37.466				
	(28.067)	(31.722)	(123.829)	70.697				
Imposto de renda e contribuição social	10.908	8.681	13.930	5.161				
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(37.760)	(20.486)	(105.439)	103.527				
Fluxos de caixa das atividades de investimento								
Aquisição de imobilizado	(10.229)	(13.515)	(56.091)	(86.819)				
Aquisição de investimento em Controlada	1.625	(1.254)	1.258	(3.769)				
Aquisição de ativo intangível	(515)	(3.093)	(3.196)	(5.624)				
Recebimento venda imobilizado e investimentos	39.193	-	121.666	-				
Juros sobre o capital próprio de Controladas	1.348	-	-	-				
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	31.422	(17.862)	63.637	(96.212)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Ajustes de mudanças nas práticas contábeis	6.158	952	(7.468)	1.624				
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.344)	(9.344)	(9.344)	(9.344)				
Empréstimos tomados	120.310							



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
compañia associada

NOSSAS AÇÕES
SÃO RESPONDIDAS
NAS BOLSAS DE VALORES
BOVESPA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
	582.260	552.317	828.302	705.458
Receita operacional líquida				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(549.129)	(494.731)	(756.141)	(605.604)
Lucro bruto	33.131	57.586	72.161	99.854
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(38.063)	(29.243)	(40.058)	(30.596)
Administrativas e gerais	(20.978)	(19.776)	(42.202)	(43.270)
Honorários e participação da administração	(4.953)	(5.182)	(5.572)	(6.067)
Despesas financeiras	23 (19.534)	(27.200)	(25.427)	(29.721)
Receitas financeiras	23 7.941	7.827	12.557	11.048
Resultado da equivalência patrimonial	15 34.587	7.954	3	109
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	24 7.153	8.978	29.610	5.940
	(33.847)	(56.642)	(71.089)	(92.557)
Lucro operacional	(716)	944	1.072	7.297
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(716)	944	1.072	7.297
Imposto de renda e contribuição social	10.908	8.681	13.930	5.161
Corrente	-	(642)	(18.906)	(4.439)
Diferido	10.908	9.323	32.836	9.600
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores	10.192	9.625	15.002	12.458
Participações de acionistas não controladores	-	-	(4.810)	(2.833)
Lucro líquido do exercício	10.192	9.625	10.192	9.625
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	6,37	6,02		
Quantidade de ações ao final do exercício	1.600.000	1.600.000		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas	710.410	672.350	1.058.002	857.941
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	680.396	647.865	982.063	825.081
Outras receitas	30.014	24.485	75.939	32.860
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	603.570	510.469	805.245	616.509
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	550.457	447.545	699.558	525.214
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	53.113	62.924	105.687	91.295
Valor adicionado bruto	106.840	161.881	252.757	241.432
Depreciação e amortização	9.787	10.567	25.072	20.038
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	97.053	151.314	227.685	221.394
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	34.587	7.954	3	109
Receitas financeiras	7.941	7.827	12.557	11.048
Outras	40.745	3.124	55.707	3.762
	83.273	18.905	68.267	14.919
Valor adicionado total a distribuir	180.326	170.219	295.952	236.313
Distribuição do valor adicionado empregados	120.851	109.434	163.269	143.409
Remuneração direta	100.580	93.362	123.160	115.348
Benefícios	13.236	9.341	28.362	16.811
FGTS	7.035	6.731	11.747	11.250
Tributos	27.227	27.130	65.989	53.792
Federais	25.592	26.408	56.119	45.165
Estaduais	53	59	22.667	2.422
Municipais	1.582	663	7.003	6.205
Remuneração de capitais de terceiros	22.056	24.030	36.502	29.487
Juros	19.535	22.304	26.685	25.549
Aluguéis	2.521	1.726	9.817	3.938
Remuneração de capitais próprios	10.192	9.625	10.192	9.625
Dividendos sobre o capital próprio	9.344	9.344	9.344	9.344
Lucros retidos	848	281	848	281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, com duas plantas no estado de São Paulo, tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente, além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicamos também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trellados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados e corte de árvores de reflorestamento. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento, principalmente para a Usina de Santo Antônio no Rio Madeira em Rondônia. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

Em 23 de abril de 2009 a Companhia adquiriu 60% de participação na Duraferr Indústria e Comércio Ltda. e seu controle. A empresa atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da Empresa está localizada em Araras - SP.

As empresas industriais e a Barefame Instalações Industriais Ltda., têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

1.1. Principais transações no período

Em 23 de agosto de 2010 foi efetuada a venda das terras pertencentes à controlada Energo Agro Industrial Ltda., bem como, da totalidade dos ativos florestais correspondentes a plantações de Pinus. Em decorrência da venda das terras, durante o final do terceiro e quarto trimestres, foi também vendido todo o plantel de gado (ver nota 24).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mas para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica Ativo Diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme demonstrado a seguir:

• Reconciliação do patrimônio líquido

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Demonstrações contábeis individuais	455.686	450.360	436.147
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Controladora"	(50)	(259)	(407)
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Efeito de Equiv. Patrimonial controlada BAREFAME"	-	(207)	(235)
(=) Demonstrações contábeis consolidadas, líquidas de minoritários	455.636	449.894	435.505

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 28 de março de 2011.

Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação:

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. Estes novos pronunciamentos não produziram impacto na Companhia:

- CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)
- CPC 2 (R2) - Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
- CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
- CPC 5 (R1) - Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
- CPC 6 (R1) - Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
- CPC 7 (R1) - Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõem sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. A Companhia aplicou referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
- CPC 41 - Determinação e Apresentação do Resultado por ações

As interpretações abaixo não se aplicam às atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- Interpretação Técnica ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
- Interpretação Técnica ICPC 15 - Passivo decorrente de participação em mercado específico - Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos

IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada)

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impactos significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar em 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas de IFRS em maio de 2010 e os esclarecimentos serão efetivos a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos os principais esclarecimentos que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios;
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas ou em audiência pública e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Continua...



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
compartilhando valores

BOAS PRÁTICAS
SÃO RESPONSAZAS
NAS ESCALAS DE VALORES
ACAO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicação das novas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e consequentemente as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado das demonstrações contábeis comparativas, estão descritas no item "j" desta nota.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações contábeis consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o IFRS.

De acordo com as previsões da Deliberação CVM nº 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 e seus comparativos com 2009 ajustados as normas de 2010 serão apresentadas quando da apresentação do 1º ITR 2011, cujos efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido estão demonstrados abaixo:

	Controladora					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Trimestre findo em:						
Patrimônio líquido publicado	219.392	225.275	227.382	231.565	237.909	297.443
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140	223.287	169.590
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	428.341	443.492	458.705	461.196	467.033

	Consolidado					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Trimestre findo em:						
Patrimônio líquido publicado	219.392	233.086	235.193	240.845	247.189	306.723
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140	223.287	169.590
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	436.152	451.303	467.985	470.476	476.313

(a) Referente ao investimento na controlada Duraterra.

	Controladora					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado período findo em:						
Resultado publicado	2.101	7.984	10.091	6.984	13.327	72.861
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658	297	(11.792)
Resultado reapresentado	446	3.163	1.295	8.642	13.624	61.069

	Controladora					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado trimestre findo em:						
Resultado publicado	2.101	5.883	2.107	6.984	6.343	59.534
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(1.655)	(3.165)	(3.975)	1.658	(1.361)	(12.089)
Resultado reapresentado	446	2.718	(1.868)	8.642	4.982	47.445

	Consolidado					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado período findo em:						
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	-	-	-	-	-	-
Resultado publicado	2.101	7.984	10.091	6.984	13.327	72.861
Resultado reapresentado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784	4.332	(78.487)

	Consolidado					
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado trimestre findo em:						
Resultado publicado	2.101	5.883	2.107	6.984	6.343	59.534
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(7.280)	1.239	(5.860)	8.784	(4.452)	(82.819)
Resultado reapresentado	(5.179)	7.122	(3.753)	15.768	1.891	(23.285)

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro 2008, tomados como base para a transição para as IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

	Balanço de Abertura em 1º de janeiro de 2009						
	Nota	Controladora			Consolidado		
		De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação integral dos CPCs
Ativo Circulante		520.291	(170.004)	350.287	551.056	(122.668)	428.388
Contas a receber de clientes	2.1 (e)	298.517	(163.406)	135.111	316.155	(163.406)	152.749
Estoques	2.1	112.135	(6.598)	105.537	118.137	40.738	158.875
Outros ativos circulantes	(e)	109.639	-	109.639	116.764	-	116.764
Ativo Não Circulante		116.839	286.597	403.436	127.105	273.888	400.993
Ativo realizável a longo prazo	2.1 (e)	18.026	27.517	45.543	17.714	32.356	50.070
Investimentos	2.1 (b/e)	44.099	78.221	122.320	12.370	4.272	16.642
Imobilizado	2.1 (b)	52.358	180.859	233.217	94.394	237.902	332.296
Outros itens do permanente		1.949	-	1.949	1.985	-	1.985
Diferido		407	-	407	642	(642)	-
Ativo Total		637.130	116.593	753.723	678.161	151.220	829.381
Passivo Circulante		390.511	(171.979)	218.532	415.096	(171.979)	243.117
Adiantamentos de clientes	2.1 (e)	298.452	(171.979)	126.473	307.281	(171.979)	135.302
Outros passivos circulante		92.059	-	92.059	107.815	-	107.815
Passivo Não Circulante		29.328	69.716	99.044	45.724	104.787	150.511
Outros passivos não circulante		19.877	-	19.877	31.138	-	31.138
Provisões e outras obrigações	2.1 (j)	9.451	69.716	79.167	14.586	104.787	119.373
Patrimônio Líquido		217.291	218.856	436.147	217.341	218.412	435.753
Capital social		116.800	-	116.800	116.800	-	116.800
Reserva de capital		15.368	186.249	201.617	15.368	186.249	201.617
Reservas de lucros		85.123	32.607	117.730	85.123	31.965	117.088
Participação minoritária capital		-	-	-	50	198	248
Passivo Total		637.130	116.593	753.723	678.161	151.220	829.381

www.bardella.com.br

Continua...

	Nota	Balanço em 31 de dezembro de 2009					
		Controladora		Consolidado			
		De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Aplicação integral dos CPCs		
Ativo Circulante		537.630	(83.097)	454.533	692.170	(45.549)	646.621
Contas a receber de clientes	2.1 (e)	339.461	(70.671)	268.790	392.267	(72.095)	320.172
Estoques	2.1 (e)	99.746	(7.476)	92.270	139.132	31.087	170.219
Lucros a distribuir controladas	2.1 (e)	4.017	(4.017)	-	1.137	(1.137)	-
Tributos diferidos	2.1 (e)	933	(933)	-	1.248	(1.248)	-
Outros ativos circulantes		93.473	-	93.473	158.386	(2.156)	156.230
Ativo Não Circulante		133.813	299.336	433.149	204.263	294.281	498.544
Ativo realizável a longo prazo	2.1 (e)	16.424	33.046	49.470	22.710	46.948	69.658
Ativos biológicos	2.1 (e)	-	-	-	-	-	-
Propriedade para investimento	2.1 (e)	-	-	-	-	4.604	4.604
Investimentos	2.1 (d)	55.771	85.365	141.136	12.271	(2.213)	10.058
Imobilizado	2.1 (e/b)	57.092	179.697	236.789	161.958	243.567	405.525
Intangível	2.1 (e)	4.267	1.228	5.495	6.858	1.841	8.699
Diferido	2.1	259	-	259	466	(466)	-
Ativo Total		671.443	216.239	887.682	896.433	248.732	1.145.165
Passivo Circulante		415.199	(74.720)	340.479	618.581	(91.468)	527.113
Impostos, taxas e contribuições	2.1 (i)	3.292	-	3.292	6.357	399	6.756
Adiantamentos de clientes	2.1 (e)	267.540	(74.720)	192.820	430.678	(82.645)	348.033
Outros passivos circulantes	2.1 (e)	144.367	-	144.367	181.546	(9.222)	172.324
Passivo Não Circulante		31.663	65.180	96.843	52.870	107.335	160.205
Tributos diferidos	2.1 (i)	-	65.180	65.180	-	107.335	107.335
Provisões e outras obrigações		31.663	-	31.663	52.870	-	52.870
Patrimônio Líquido		224.581	225.779	450.360	224.982	232.865	457.847
Capital social		116.800	-	116.800	116.800	-	116.800
Reserva de capital		15.368	193.463	208.831	15.368	193.571	208.939
Reservas de lucros		92.413	32.316	124.729	92.413	31.884	124.297
Participação minoritária capital		-	-	-	401	7.410	7.811
Passivo Total		671.443	216.239	887.682	896.433	248.732	1.145.165

Na adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis brasileiras que descrevermos abaixo, seguindo as prerrogativas do CPC 37 (R1).

Isenções da aplicação retrospectiva:

- combinação de negócios - a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia optou por remensurar, na data de transição, algumas classes do ativo imobilizado. As classes avaliadas foram: Terrenos (e terras), Edificações, Máquinas e Equipamentos (item "b" desta nota).

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC 37 (R1), demais CPCs e interpretações foram as seguintes:

a. Contratos de construção

Para determinados contratos de construção considerados de curta duração, ou seja, produzidos em até doze meses, a Companhia tinha como prática contábil reconhecer as receitas e os custos correspondentes quando concluída a industrialização. Na adoção do CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia passou a reconhecer as receitas oriundas destes contratos à medida de sua execução proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados.

b. Custo atribuído (Deemed cost)

Corresponde a atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados e propriedades para investimento, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por peritos independentes ou por estudos técnicos fundamentados realizados internamente, e que compreenderam ativos da Controladora e de suas Controladas.

Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Controladora				Consolidado	
	Práticas Contábeis Anteriores		Novas Práticas Contábeis		Práticas Contábeis Anteriores	
	Anteriores	Ajustes	Anteriores	Ajustes	Anteriores	Novas Práticas Contábeis
Edificações	13.255	92.467	105.722	14.664	95.426	110.090
Máquinas e Equipamentos	18.194	33.271	51.465	30.987	36.746	67.733
Veículos	1.213	-	1.213	14.730	11.412	26.142
Terrenos	535	55.123	55.658	2.565	93.923	96.488
Instalações	6.003	-	6.003	8.200	-	8.200
Obras em Andamento	11.097	-	11.097	15.923	-	15.923
Outros	2.061	-	2.061	7.325	393	7.718
Total	52.358	180.861	233.218	94.394	237.900	332.295

Os ajustes de custo atribuído (deemed cost), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009.

c. Ativos biológicos

São representados por florestas de Pinus e gado de corte, classificados na rubrica de estoques no ativo circulante ou no ativo permanente. Conforme estabelecido pelo CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, esses ativos estão sendo mensurados aos seus valores justos (fair value). Pelas práticas contábeis anteriores esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

d. Investimentos mantidos ao custo histórico


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Propriedades para investimento

A Companhia reclassificou da rubrica de ativo imobilizado para a conta de propriedades para investimentos os andares comerciais localizados na Rua Hungria, arrendados para terceiros. A Companhia optou por manter tais ativos por seus valores de custo e divulgar os seus respectivos valores justos.

f. Eliminação de lucros não realizados entre operações de venda entre a controladora e suas controladas

De acordo com o ICPC 9 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os resultados não realizados decorrentes de transações entre a controladora e suas controladas, quando aplicável, são eliminados por seus valores líquidos de impostos, se aplicável, por ocasião da preparação das demonstrações contábeis individuais da Controladora. Consoante facultado pela Instrução CVM nº 247/96, a Companhia não efetuava tais eliminações em suas demonstrações contábeis individuais, sendo que essas eliminações eram efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia aplicou esse ICPC nas demonstrações contábeis da controladora.

g. Lucros acumulados

Os ajustes de valor justo dos ativos biológicos e da eliminação de lucros não realizados na controladora, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos, foram registrados em contrapartida da rubrica de lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009.

h. Informações por segmento

A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual (Nota 25).

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota nominal desses impostos.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

j. Informações adicionais às demonstrações contábeis

Apresentamos a seguir as conciliações, entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/09	01/01/09	31/12/09	01/01/09
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		224.581	217.291	224.581	217.291
Ajustes na adoção inicial que possuem efeito tributário:					
Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído controladora, líquido da depreciação	2.1 (b)	179.697	180.859	253.858	242.168
Investimentos disponíveis para venda - ações da Companhia Vale do Rio Doce registradas ao valor justo	2.1 (d)	40.639	29.998	58.631	40.027
Contratos de construção - apuração da receita pelo grau de avanço (contratos de curto e médio prazos)	2.1 (a)	(3.171)	1.974	(2.896)	1.974
Valor justo ativo biológico - gado	2.1 (c)	-	-	45	441
Valor justo ativo biológico - floresta (Pinus)	2.1 (c)	-	-	44.002	47.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	2.1 (i)	(73.705)	(72.363)	(120.906)	(112.907)
		143.460	140.468	232.734	219.171
Ajustes na adoção inicial que não possuem efeito tributário:					
Estorno de dividendos (valor excedente ao mínimo previsto por Lei)		1.936	-	-	-
Valor justo CPRs - instrumentos patrimoniais	2.1 (c)	15.276	16.416	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído investidas reflexa, líquido da depreciação	2.1 (b)	50.796	46.998	-	-
Ajuste nos saldos de equivalência patrimonial (efeitos da adoção das novas práticas nas controladoras)	2.1 (f)	14.804	14.957	-	-
Baixa ativo diferido		-	-	(466)	(642)
Outros		(493)	17	998	(67)
		82.319	78.387	532	(709)
Patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis		450.360	436.147	457.847	435.753
				16.634	16.634
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores					
Ajustes na adoção inicial que possuem efeito tributário:					
Depreciação (deemed cost e nova vida útil)				(1.162)	(1.364)
Contratos de construção - apuração da receita pelo grau de avanço (contratos de curto e médio prazos)				(5.544)	(5,254)
Valor justo ativo biológico - gado				-	(396)
Valor justo ativo biológico - floresta (Pinus)				-	(356)
Baixa ativo diferido				416	176
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)				2.233	2.446
Subtotal				(4.057)	(4.748)
Ajustes na adoção inicial que não possuem efeito tributário:					
Valor justo CPRs - instrumentos patrimoniais				(1.141)	(2.535)
Ajuste nos saldos de equivalência patrimonial (efeitos da adoção das novas práticas nas controladoras)				(1.549)	-
Outros				(262)	274
Subtotal				(2.952)	(2.261)
Resultado de acordo com as novas práticas contábeis				9.625	9.625

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (deemed cost) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; o cálculo do valor justo dos ativos biológicos; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão localizadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definida em Reais (R\$). Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais - R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c. Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas Controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou hedges durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de ativos biológicos são formados por gados de corte e estão registrados e apresentados nas demonstrações contábeis por seus valores justos (fair value). Também são classificados nessa rubrica as plantações de Pinus de reflorestamento para comercialização de toras de madeira que estão dentro do escopo do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

3.9. Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Ativo Biológico para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

Também são classificados nessa rubrica os gados reprodutores (matrizes) que estão dentro do escopo do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola e estão apresentados por seus valores justos (fair value). Efeitos decorrentes de alterações dos valores justos desses ativos no período são reconhecidos no resultado do exercício.


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Arrendamento mercantil
• Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

• Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos de por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12. Ativo diferido

O ativo diferido foi registrado ao custo de aquisição ou formação. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica ativo diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição para o IFRS, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro no demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.13. Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.14. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.16. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado com base na taxa de desconto considerando o risco de crédito, os fluxos de caixa contratuais, e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídas em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC 32 - Tributo sobre o lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de "Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Para a parcela que exceder ao mínimo obrigatório, quando aplicável, deverá ser mantida no patrimônio líquido da Companhia como dividendo adicional proposto.

3.20. Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no lucro líquido do período para as operações em continuidade, sendo informado tanto em relação às ações ordinárias, quanto em relação às preferenciais.

3.21. Demonstrações do Fluxo de Caixa e demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 3 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método Indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de Participação	
	31/12/10	31/12/09
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energio Agro Industrial Ltda. (*1)	100,00%	100,00%
Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	99,99%	99,54%
IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. (*2)	50,00%	50,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda. (*1)	60,00%	60,00%

(*1) O percentual refere-se ao controle direto e indireto.

(*2) Controlada em conjunto

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
 - Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
 - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
 - Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
 - Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Conforme requerido pelo CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. integradas às informações anuais da controladora.

IMMA - IND. METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	31/12/10	31/12/09
Ativo		
Circulante	145.489	183.610
Não Circulante	118.330	102.965
Realizável a longo prazo	10.319	7.695
Imobilizado	104.002	93.090
Intangível	4.009	2.180
Ativo total	263.819	286.575
Passivo		
Circulante	160.039	271.222
Não Circulante	33.867	250
Patrimônio Líquido	69.913	15.103
Passivo total	263.819	286.575

Demonstração do resultado

	31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	251.939	36.331
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(213.972)	(24.193)
Lucro bruto	37.967	12.138
Receitas (despesas) operacionais	28.796	(4.994)
Lucro/prejuízo operacional	66.763	7.144
Imposto de renda e contrib. social	(9.527)	(1.215)
Lucro/prejuízo do exercício	57.236	5.929

A IMMA foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Alstom Hydro Energia Ltda. Os ativos, passivos e contas de resultado da IMMA foram proporcionalmente integrados às informações anuais da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos	348	439	3.403	472	640	3.726
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	-	27.958	24.449	21.367	86.979	32.254
	348	28.397	27.852	21.839	87.619	35.980

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas eram remuneradas por taxas que variavam de 100% a 102,5% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2010 e 2009, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Clientes no País	96.095	160.768	98.251	112.245	171.137	102.403
Empresa Controlada	2.497	1.166	45	528	-	-
Efeitos a Faturar	122.861	107.271	37.310	112.837	149.541	50.841
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(423)	(344)	(442)	(1.049)	(344)	(442)
Ajustes a valor presente	(146)	(71)	(53)	(146)	(72)	(53)
	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
De 1 a 30 dias	283	445	433	6.875	3.263	3.699
De 31 a 60 dias	342	12	300	425	1.202	313
De 61 a 90 dias	15	78	167	15	121	169
De 91 a 120 dias	15	70	630	31	70	632
Acima de 121 dias	301	300	596	1.269	1.240	1.297
	956	905	2.126	8.615	5.896	6.110

Efeitos a faturar: refere-se à quantia bruta devida pelo contratante relativa aos trabalhos do contrato executados e não cobrados ou recebidos (ver Nota 7).

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas Controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes principalmente a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados	61.644	145.079	55.059	66.796	147.197	56.539
Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados	149.718	77.382	59.050	150.166	101.330	57.570
Outros contratos, produtos e serviços a receber (Nota 6)	9.522	46.329	21.002	7.453	71.645	38.640
	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (Nota 19)	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
Contratos de construção líquidos a receber	151.036	75.970	8.638	84.219	(27.861)	17.447



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
compartilhando valores

BOAS AÇÕES
SÃO RESPONDADES
NAS ESCALAS DE VALORES
AGAO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos Acabados	17.648	22.206	25.616	17.857	23.649	26.837
Produtos em elaboração	5.172	2.535	4.878	8.446	10.821	3.764
Matérias-Primas	74.994	66.654	74.291	106.762	83.321	74.453
Materiais de Consumo	1.107	875	751	3.088	2.505	1.852
Ativos Biológicos	-	-	-	-	49.923	51.970
Total	98.921	92.270	105.536	136.153	170.219	158.876

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Consolidado				
	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios	2,77	4.660	(114)	4.546	4.604
Aluguéis Recebíveis	-	-	-	501	483
Total				5.047	5.087

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. Estes correspondem a três andares de prédio comercial alugados. Com base em um laudo de avaliação patrimonial a Companhia estima que cada um possua um valor de R\$ 1.730.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

a. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
ICMS	1.151	3.872	10.773	1.158	4.051	10.773
IPÍ	10.851	7.996	15.218	10.961	8.347	15.218
Imposto de renda e contribuição social	2.911	9.484	5.555	19.894	12.877	7.277
COFINS	21.051	7.656	3.819	26.334	8.660	3.899
PIS	4.567	4.152	3.243	5.840	4.490	3.243
Outros impostos e contribuições	705	164	120	2.267	995	3.282
Total	41.236	33.324	38.728	66.454	39.420	43.692
Não circulante						
ICMS	1.147	1.195	-	1.941	1.811	-
IPÍ	640	-	-	640	-	-
PIS	2.560	-	-	2.605	-	-
COFINS	-	-	-	159	-	-
Total	4.347	1.195	-	5.345	1.811	-
Total	45.583	34.519	38.728	71.799	41.231	43.692

b. Imposto de Renda e Contribuição Social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízos fiscais	10.916	7.485	385	14.147	11.300	5.113
Base negativa CSLL	3.640	-	315	6.820	1.230	2.035
Diferenças temporárias	5.533	1.041	763	7.638	1.041	910
Total IR/CS diferido ativo	20.089	8.526	1.463	28.605	13.571	8.058
Efeito de IR/CS diferidos passivo na adoção dos novos pronunciamentos	76.496	73.706	71.179	98.117	120.906	112.845
Saldos de IR/CS diferidos passivo	56.407	65.180	69.716	69.512	107.335	104.787

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/10	
	Controladora	Consolidado
2011	2.811	2.811
2012	2.611	3.280
2013	2.147	2.864
2014	2.063	2.852
2015	1.947	2.822
2016	1.867	2.848
2017	1.781	2.875
2018	1.698	2.915
2019	1.617	2.749
2020	1.547	2.589
Total	20.089	28.605

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e, conseqüentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, líquido dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos	(716)	944	1.072	(716)	944	1.072
IRPJ/CSLL - taxa nominal - 34%	(24)	(321)	(364)	(24)	(321)	(364)
Adições permanentes:						
Despesas não dedutíveis	1.769	6.524	47.536	1.769	6.524	47.536
Provisões não dedutíveis	9.056	979	10.641	9.056	979	10.641
Exclusões permanentes:						
Receitas isentas de impostos	(13.095)	(626)	(24.973)	(13.095)	(626)	(24.973)
Juros s/ capital próprio	-	-	221	-	-	221
Equivalência patrimonial	(25.149)	(3.142)	(1)	(25.149)	(3.142)	(1)
Reversões de provisões	(9.570)	(6.387)	(14.882)	(9.570)	(6.387)	(14.882)
Outras	-	(169)	(9.707)	-	(169)	(9.707)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	10.908	8.681	13.930	10.908	8.681	13.930
.Corrente	-	(642)	(18.906)	-	(642)	(18.906)
.Diferido	10.908	9.323	32.836	10.908	9.323	32.836

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Essa conta é formada unicamente por ações da Companhia Vale do Rio Doce. O ganho ou perda proveniente de alteração do valor justo de um Ativo Financeiro Disponível para Venda é reconhecido como outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação patrimonial), exceto no caso de perdas no valor recuperável e de ganhos e perdas de variações cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido (vendido ou transferido), momento em que o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido deverá ser reconhecido no resultado. Os dividendos resultantes de um instrumento patrimonial disponível para venda são reconhecidos no resultado quando o direito da entidade de recebê-los é reconhecido. O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do período. Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de "Investimentos detidos para a venda" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota 3.4 item "c".

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período está demonstrado conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	964.830	964.830	1.254.230	964.830	964.830	1.254.230
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05	48,63	42,16	24,05
Saldo contábil (fair value)	46.920	40.677	30.164	46.920	40.677	30.164
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	1.391.070	1.391.070	1.680.470	1.391.070	1.391.070	1.680.470
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05	48,63	42,16	24,05
Saldo contábil (fair value)	67.683	58.647	40.415	67.683	58.647	40.415

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
Adiantamento a fornecedores	18.086	25.303	38.418	26.860	23.461	31.171
Outros	4.028	3.298	2.388	6.049	1.967	2.849
Total	22.114	28.601	40.806	32.909	25.428	34.020
Não Circulante						
Depósitos Judiciais	3.671	3.454	5.727	4.478	4.412	6.706
Outros	142	879	1.754	2.862	932	1.959
Total	3.813	4.333	7.481	7.340	5.344	8.665
Total	25.927	32.934	48.287	40.249	30.772	42.685

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com e entre partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- a. Contratos de mútuo** - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados a taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras.
- b. Vendas de produtos e serviços** - As transações são feitas a valor de mercado e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais.
- c. Prestação de serviços administrativos e alugueis** - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os alugueis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores de mercado.
- d. Avais, fianças, hipotecas concedidas em favor das controladas e coligadas** - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Barefame Instalações Industriais Ltda.	29.016	25.850	15.120	29.016	25.850	15.120
Bardella Timken Serviços Industriais Ltda.	-	-	214	-	-	214
Energo Agro Industrial Ltda.	-	659	307	-	659	307
IMMA Indústria Met. e Mecânica da Amazônia	-	35.533	-	-	35.533	-
Total	64.549	26.509	15.641	64.549	26.509	15.641

e. Composição dos saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro e 01/01/2009:

	2010		2009		Despesas e custos
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante	
Barefame Instalações Industriais Ltda.	-	3.066	-	4.857	4.343
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	163	547	-	-	69
Energo Agro Industrial Ltda.	-	416	-	1.312	1.578
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.348	3.548	-	19.301	1.071
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	14.072	1.174	-	4.878	9.352
Total	24.583	5.047	10.012	20.038	26.313
2009	281	10.785	3.303	30.824	4.048
Barefame Instalações Industriais Ltda.	990	648	-	108	101
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	-	2	-	3	21
Energo Agro Industrial Ltda.	729	5.394	-	1.084	245
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.054	739	-	-	4.072
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	-	-	-	-	-
01/01/09	11.773	10.012	5.373	10.701	2.726
Barefame Instalações Industriais Ltda.	-	-	-	-	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	9	8	-	91	59
Energo Agro Industrial Ltda.	-	2	7	-	23
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	-
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	-	-	1.258	-	9
Bardella Timken Serviços Industriais Ltda.	20	17	-	92	313

www.bardella.com.br



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
Associação Brasileira de
Empresas Associadas

BOAS PRÁTICAS
SÃO RESPONSAIS
NAS ESCALAS DE VALORES
ACAO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	
	31/12/10	31/12/09
Capital social	1.500	1.500
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	600	600
Ordinárias	-	-
Quotas	600	600
Patrimônio líquido	23.200	19.873
Ajustes para os novos pronunciamentos	6.325	-
Patrimônio líquido ajustado	23.212	19.873
Participação no capital social, no final do exercício - %	40,00%	40,00%
Participação no patrimônio líquido	9.285	7.949
Resultado de equivalência patrimonial	3.724	1.286

g. CPR's - Certificado de Participação em Reflorestamento - Refere-se a participação da Controladora nos investimentos em ativo florestal administrados pela Controlada Energo, cujos projetos foram inteiramente liquidados em 2010 em função da venda dos ativos florestais. O retorno deste investimento é meramente o reflexo do lucro auferido pela venda de madeira (Pinus).

16. ATIVOS BIOLÓGICOS

Ativos biológicos - florestais

Florestas: O valor justo dos ativos biológicos florestais, compostos de ativos maduros, foi determinado a partir do valor médio trimestral das vendas líquidas de impostos menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Árvores (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo Inicial	46.423	50.193
Varição do valor justo	(1.995)	1.974
Adições	-	-
Baixas por vendas	(44.428)	(5.744)
Saldo Final	46.423	46.423

Ativos biológicos - gado

Gado - matrizes e reprodutores: O valor justo dos ativos biológicos - gado, foi obtido a partir da cotação mensal da arroba na região de Campo Grande-MT e considerou critério do valor de venda líquida menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Gado (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial	1.504	1.777
Varição do valor justo	870	435
Adições	102	287
Transferências	(328)	(287)
Baixas	(2.148)	(708)
Saldo final	-	1.504

Ativo Biológico (Ativo Permanente) - Matrizes e Reprodutores

	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial	1.063	1.105
Varição do valor justo	299	(96)
Adições	28	49
Transferências	328	287
Baixas	(1.718)	(282)
Saldo final	-	1.063

17. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Controladora			Saldo em 31/12/10
		Saldo em 31/12/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	16.565	515	(10)	17.070
Ágio aquis. Investim.	indefinida	3.337	-	-	3.337
Total		19.902	515	(10)	20.407

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Amortização			Saldo em 31/12/10
		Saldo em 31/12/09	Amortização	Baixas	
Software	05 anos	(14.407)	(691)	9	(15.089)
Total		5.495	(176)	(1)	5.318

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Custo			Saldo em 31/12/10
		Saldo em 31/12/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	19.016	3.268	(24)	22.260
Ágio aquis. Investim.	indefinida	5.005	-	-	5.005
Total		24.021	3.268	(24)	27.265

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Amortização			Saldo em 31/12/10
		Saldo em 31/12/09	Amortização	Baixas	
Software	05 anos	(15.323)	(1.966)	21	(17.268)
Total		8.698	1.302	(3)	9.997

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Controladora			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	15.566	999	-	16.565
Ágio aquis. Investim.	indefinida	-	3.337	-	3.337
Total		15.566	4.336	-	19.902

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Amortização			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	(13.633)	(774)	-	(14.407)
Total		1.933	3.562	-	5.495

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Custo			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	14.824	4.192	-	19.016
Ágio aquis. Investim.	indefinida	-	5.005	-	5.005
Total		14.824	9.197	-	24.021

Prazos de vida útil	Saldo em			Amortização Saldo em 31/12/09
	01/01/09	Aquisições	Baixas	
05 anos	(13.932)	(1.390)	-	(15.322)
Total	982	7.807	-	8.699

Composição do saldo dos ágios: A partir de 01 de Janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1). Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios baseada na CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O teste de recuperação do ágio em 31 de dezembro de 2010, com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizou projeções de preços, volumes e custos com base na expectativa do mercado de equipamentos mecânicos para os próximos exercícios, e taxa de desconto de 12,3%. O modelo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

Combinação de negócios

O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda pelo valor total em dinheiro de R\$ 15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânica pelo valor de R\$ 10.000 e 20% pela adquirida pela controlada Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (BABECS) pelo valor de R\$ 5.000. Nesta mesma data a Companhia assumiu o controle da Duraferro Indústria e Comércio Ltda.

A Duraferro atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos há 25 anos e sua planta industrial situa-se no Município de Araras - SP.

O objetivo dessa aquisição foi o de complementar o portfólio de produtos Bardella, tendo em vista o oferecimento de soluções completas de movimentação de cargas, além de potencializar o atendimento às demandas de mercado quanto a estes produtos. O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição, incluindo a parcela equivalente aos não controladores, é apresentado a seguir:

	Bardella 40%	BABECS 20%	Consolidado 60%
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	10.000	5.000	15.000
Contas a receber de clientes	(6.663)	(3.332)	(9.995)
Contratos de Construção	-	-	-
Estoques	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Ativo Imobilizado	-	-	-
Total de ativos adquiridos	3.337	1.668	5.005
Passivos			
Contas a pagar a fornecedores	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-
Adiantamento de Clientes	-	-	-
Total de passivos assumidos	-	-	-
Total dos ativos identificáveis líquidos	3.337	1.668	5.005
Participação de não controladores (40%)	-	-	-
Total dos ativos identificáveis líquidos consolidado	-	-	-
Ágio na compra	-	-	-
Valor pago	-	-	-

Total da contra prestação Ativos identificáveis líquidos

Ágio na aquisição (Nota 17)

No período de doze meses após a aquisição, a Companhia não identificou eventos ou ajustes que pudesse requerer ajuste no valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

18. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2010	Controladora			Consolidado			
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
BNDDES - Finem	TJLP	2,16%	14.257	15.862	15.341	29.062	15.862	15.341
BNDDES - Finame	TJLP	3,18%	4.344	6.317	5.969	20.548	18.116	20.059
Outros	Fixo	16,20%	-	-	-	5.321	6.734	-
Outros	CDI	2,60%	4.398	-	-	4.398	-	-
Arrendamento Mercantil	Fixo	18,40%	-	-	-	7.493	8.177	3.599
Total Imobilizado			22.999	22.179	21.310	66.822	48.889	38.999

Capital de Giro:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2010	Controladora			Consolidado		
			31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Financiamento Importação	EUR	5,13%	5.623	-	11.222	5.623	-	11.222
Financiamento Importação	USD	1,95%	3.520	6.329	-	3.520	6.329	-
Nota de Crédito Exportação	CDI	1,00%	14.345	-	-	14.345	-	-
BNDDES - Finame Fabricante	Fixo	1,26%	13.049	56.375	-	13.049	56.375	-
Conta Garantida	CDI	1,65%	15.099	-	-	15.099	-	-
Capital de Giro	TJLP	3,50%	-	-	-	-	-	1.187
Total Capital de Giro			51.636	62.704	11.222	51.636	62.704	12.409

	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Total Geral	74.634	84.883	32.532	118.458	111.593	51.408
Parcela Circulante	57.736	55.083	12.655	66.392	62.983	17.561
Parcela não circulante	16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants).

Cronograma de desembolsos

Ano	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	-	4.271	-	-	8.524
2011	-	17.256	4.262	-	24.119	8.297
2012	5.928	4.631	4.138	18.757	10.616	7.353
2013	4.554	3.573	3.021	15.236	8.111	5.488
2014	4.083	2.898	2.790	10.444	4.322	2.790
2015	2.334	1.442	1.395	7.037	1.442	1.395
2016	-	-	-	592	-	-
Total	16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847

18.1. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 04 e 05 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas controladas.

Valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação e valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Máquinas e equipamentos	-	-	-	6.953	7.561	2.933
Veículos	-	-	-	540	616	666
Total	-	-	-	7.493	8.177	3.599



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abraca
compANHIA associada

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
AGAO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

Cronograma de desembolsos

2010
2011
2012
2013
2014

Consolidado
-
-
2.062
1.605
451
4.118

Lucro líquido do exercício

Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) 10.192
Lucro líquido ajustado 9.682
Reserva para incentivos fiscais - Investidas (338)
Subtotal 9.344
Dividendo mínimo (25% do lucro líquido ajustado) 2.420
Dividendos propostos 9.344
Lucros Acumulados 62.841
Reserva para incentivos fiscais (20.887)
Subtotal 41.954

10.192
(510)
9.682
(338)
9.344
2.420
9.344
62.841
(20.887)
41.954

A proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro, já deduzido a reserva legal, é de R\$ 51.298 sendo:
Retenção de lucros (Orçamento de Capital): R\$ 23.025
Dividendos: R\$ 28.273

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Saldo de Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10
Saldo de Adiantamento de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196
				348.033
				135.302

A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção. Esta conta está composta principalmente de valores recebidos referentes a contratos de construção (vide nota 7).

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação dos processos no exercício

	Controladora			
	31/12/09	Adição à	Utilização	31/12/10
	Saldo Inicial	provisão		Saldo final
Trabalhistas/cíveis	825	181	-	1.006
Tributárias:				
Federal	117	2.922	(150)	2.889
Municipal	51	4	-	55
Outras	-	7.780	(122)	7.658
Depósitos judiciais	(231)	-	-	(231)
	762	10.887	(272)	11.377
				Controladora
	01/01/09			31/12/09
	Saldo Inicial	Adição à	Utilização	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	550	659	(384)	825
Tributárias:				
Federal	7.158	-	(7.041)	117
Municipal	49	2	-	51
Outras	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(253)	-	22	(231)
	7.504	661	(7.403)	762
				Consolidado
	31/12/09			31/12/10
	Saldo Inicial	Adição à	Utilização	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.766	1.713	-	3.479
Tributárias:				
Federal	1.975	2.946	(159)	4.762
Municipal	386	4	-	390
Outras	-	8.808	(122)	8.686
Depósitos judiciais	(2.545)	-	-	(2.545)
	1.582	13.471	(281)	14.772
				Consolidado
	01/01/09			31/12/09
	Saldo Inicial	Adição à	Utilização	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	761	1.453	(448)	1.766
Tributárias:				
Federal	9.016	-	(7.041)	1.975
Municipal	384	2	-	386
Outras	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(2.570)	-	25	(2.545)
	7.591	1.455	(7.464)	1.582

Contingências Trabalhistas

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 1.084 mil, relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Contingências tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a contingências tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado o valor total de R\$ 10.293 mil.

Para os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 38.652 mil (em 2009 era de R\$ 33.151 mil) nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

b. Reservas de Lucros

• Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reservas de Incentivos Fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

• Reservas de Retenção de Lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

d. Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais não têm direito de voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% a.a. sobre o capital social e não cumulativos.

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	3.867	6.325	10.192
Média ponderada da quantidade de ações no período	607	993	1.600
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	607	993	1.600
Lucro por ação	6,37	6,37	6,37

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o lucro por ação diluído não possui diferença em relação ao lucro básico por ação.

22. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Atendendo o disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	10.192	9.625	15.002	12.458
Variação do valor justo das ações da Vale do Rio Doce (*)	6.438	17.955	9.208	25.895
Venda de ações da Vale do Rio Doce (*)	-	(7.442)	-	(7.442)
Eleito de IR/CS diferidos	(2.189)	(3.574)	(3.130)	(6.274)
Eleito equivalência patrimonial	1.820	5.211	-	-
Total do resultado abrangente	16.261	21.775	21.080	24.637
(*) Vide nota 11				

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas Financeiras				
Juros	14.887	19.595	19.325	22.957
Variações cambiais passivas	(2.606)	20	(2.535)	(17)
Fianças bancárias	4.388	3.574	4.464	3.678
IOF	1.755	1.612	2.589	1.621
Outros	1.110	2.399	1.584	1.482
	19.534	27.200	25.427	29.721
Receitas Financeiras				
Juros	7.215	10.864	6.732	14.444
Variações cambiais ativas	(477)	(3.824)	(355)	(4.191)
Outros	1.203	787	6.179	795
	7.941	7.827	12.556	11.048
Líquido	(11.593)	(19.373)	(12.871)	(18.673)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Provisão/reversão de ações judiciais	(11.557)	6.871	(12.838)	6.945
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	49	10.612	57.613	10.968
Resultado líquido de participações societárias	18.849	1.662	23.679	3.122
Despesas tributárias (*)	(225)	(10.988)	(530)	(10.988)
Outras (despesas) receitas operacionais	37	821	(38.314)	(2.332)
	7.153	8.978	29.610	7.715

(*) Despesas relativas a adesão ao programa de redução de tributos da Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09, exercício de 2009.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebido à vista.

As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reserva de Incentivos Fiscais.

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

	Mecânica	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	949.123	101.851	(68.911)	982.063
Lucro líquido	37.627	14.811	(42.246)	10.192
Ativos operacionais	1.118.606	129.498	(284.564)	963.540
Passivos operacionais	547.544	55.544	(88.686)	514.402

26. DESPESA POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Material e demais desp. comerciais e adm.	498.259	440.993	623.903	477.088
Gastos com pessoal	98.916	90.231	195.508	177.047
Depreciação	15.948	17.709	24.562	26.409
Total	613.123	548.933	843.973	680.544

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente, estoques e bens da Sociedade em Conta de Participação.

Em 31 de dezembro, o valor total dos riscos diversos e não declarado conforme apólice vigente era de R\$ 261.909.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das "estimativas contábeis", conforme consta na nota 3 - *Resumo das principais práticas contábeis*.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.



...Continuação

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

CNPJ 60.851.615/0001-53 - Sociedade Anônima de Capital Aberto

abrasca
compañia associada

NOSSAS AÇÕES
SÃO NEGOCIADAS
NAS BOLSAS DE VALORES
ACAO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras na Companhia Vale do Rio Doce, foram classificadas na categoria "Investimentos disponíveis para a venda" e estão sendo mantidos exclusivamente com finalidade de aplicação financeira, encontram-se avaliados pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

Natureza do Saldo	Valor (em R\$ mil)			Moeda
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
Adiantamentos para importações	3.845	1.583	13.758	EUR
Adiantamentos para importações	521	1.743	1.093	USD
Financiamento Finimp	5.623	6.329	11.222	EUR
Financiamento Finimp	3.520	-	-	USD
Importações de materiais	1.610	997	2.200	EUR
Importações de materiais	1.728	744	400	USD

d. Riscos

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade a taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
2010	+ 50	(521)	(521)
	+100	(1.042)	(1.042)
	- 50	(521)	(521)
2009	+ 50	(321)	(321)
	+100	(641)	(641)
	- 50	321	321

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio Consolidado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

Índice de Alavancagem

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Empréstimos e financiamentos	74.635	84.883	32.532	118.458	111.593	51.408
Fornecedores	71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870
Adiantamento de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
Outros	163.838	103.840	114.244	166.233	162.716	160.048
Dívida líquida	380.050	437.322	317.576	499.191	687.318	393.628
Patrimônio líquido	455.686	450.360	436.147	464.865	457.847	435.753
Patrimônio líquido e dívida líquida	835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381
Coefficiente de alavancagem	0,45	0,49	0,42	0,52	0,60	0,47

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios, entretanto os contratos relacionados a tais projetos geralmente prevêem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
2010	+10	(812)	(812)
	-10	812	812
	+25	(2.029)	(2.029)
2009	+10	(474)	(474)
	-10	474	474
	+25	(1.186)	(1.186)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Bardella
Presidente
Alfredo Camargo Penteado Neto
Vice-Presidente
José Eduardo Carvalho de Almeida Machado
Conselheiro
Sheila Periard Henrique Silva
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro
Carlos Jorge Loureiro
Conselheiro
Henrique Alves de Araújo
Conselheiro
Isaac Selim Sutton
Conselheiro
José Eduardo Escorel de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

José Roberto Mendes da Silva	Plínio Centoamore
Diretor-Presidente	Diretor
Eduardo Fantin	Rubens Geraldo Gunther
Diretor	Diretor

Contador - Luiz Honório Martins - CRC - 1SP128092/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e onze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS, em reunião realizada no escritório da Companhia, situado na Rua Hungria, 888 - 3º andar, São Paulo, SP, emitem PARECER, em atendimento às suas obrigações estatutárias e legais, após ouvidos os representantes da auditoria Ernst & Young e com base no respectivo Parecer, opina favoravelmente à aprovação pelos senhores acionistas do Relatório da Administração, Balanço e demais demonstrações financeiras do exercício de 2010, assim como a destinação do lucro, tal como proposto.

São Paulo, 28 de março de 2011.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho

Henrique Alves de Araújo

Carlos Jorge Loureiro

José Eduardo Escorel de Carvalho

Isaac Selim Sutton

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de março de 2010, que não conteve qualquer modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3
Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2

www.bardella.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi impactado pela crise econômica mundial em 2009 nos vários segmentos de mercado em que atuamos, considerados de "ciclo longo". Nestes segmentos os efeitos de uma crise são normalmente sentidos mais tardiamente, e também apresentam um período de recuperação mais longo, quando comparados aos mercados de desempenho mais dinâmico.

Além da desaceleração do ritmo de investimentos nos setores de produção industrial e infraestrutura, a obtenção de novos contratos foi também prejudicada pela apreciação da nossa moeda, que vem sistematicamente facilitando a entrada no Brasil de bens de capital de origem estrangeira e, em sentido oposto, tornando praticamente inviável a exportação.

Acreditamos que, em 2011, haverá gradual crescimento da demanda por equipamentos nos diversos segmentos em que atuamos, principalmente avançados pela retomada dos investimentos em Geração de Energia – Hidroelétrica, Eólica e no Pré-Sal.

Do ponto de vista de execução, o ano de 2010 foi extremamente importante para nossa Companhia pela conclusão com sucesso do projeto da ThyssenKrupp – CSA, de altíssimo valor tecnológico para a Bardella, e pelo significativo avanço na fabricação dos equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as Usinas Hidroelétricas de Jirau e Santo Antonio.

Para o próximo exercício, manteremos nossa constante busca pela melhoria da competitividade de nossos produtos, por meio do controle de nossos custos, processos e despesas, assim como, por soluções tecnológicas que agreguem valor dos nossos negócios assegurando um crescimento seguro.

CLAUDIO BARDELLA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Considerando o volume de pedidos em carteira que a Companhia detinha no início de 2010, e apesar da postergação e suspensão de alguns projetos que foram fortemente atingidos pela crise econômica mundial, a realização de receitas relativas a equipamentos mecânicos não foi afetada.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladora e coligadas em 31/12/2010 era de R\$ 725 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora em 31/12/2010 era de R\$ 332,28 milhões e em 31/12/2009 de R\$ 609,2 milhões.

Carteira de encomendas a apropriar


Em 2010, a receita líquida de vendas de aço treliçados e laminados foi de R\$ 75,29 milhões (R\$ 53,4 milhões em 2009).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas de Santo Antonio e Jirau;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

INVESTIMENTOS

Os investimentos previstos no orçamento de capital aprovado em 2010, no valor de R\$ 6,64 milhões, foram totalmente implementados no ano de 2010.

SISTEMA DE GESTÃO

A Companhia possui um Sistema de Gestão Integrada que adota os requisitos da norma ABNT ISO 9001:2008 (Qualidade), estando estruturado em processos e tendo seu desempenho monitorado por meio de indicadores objetivos.

Além disso, a empresa possui certificação ambiental por meio da ISO 14001:2004 e certificação em gestão de segurança e saúde ocupacional pela OHSAS 18001:2007.

RECURSOS HUMANOS

• Nosso quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 2.007 (2.005 em 31/12/2009);

• O Programa de Participação nos Resultados da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, estabelece a distribuição de até um salário e meio por colaborador. Em 2010 foi destinado o montante de R\$ 2,8 milhões (R\$ 2,5 milhões em 2009);

• A remuneração em 2010 de todos os colaboradores acrescida dos encargos sociais atingiu o montante de R\$ 127 milhões (R\$ 119 milhões em 2009);

• Os investimentos em benefícios aos colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, transportes, recreação e outros, em 2010 atingiu o montante de R\$ 15 milhões (R\$ 12,9 milhões em 2009);

A Bardella participa ativamente das comunidades onde mantém operações, tendo como prioridade os aspectos da qualidade de vida, saúde, educação e cidadania.

As principais ações e projetos nos quais a Bardella está envolvida são:

- ONG Viva Guarulhos - Melhoria da Qualidade de Vida em Guarulhos;
- Programa FORMARE - Desenvolver a potencialidade de jovens de baixa renda e inseri-los no mercado de trabalho e, quando possível, aproveitá-los na empresa. Em 2010 foi concluída a 8ª turma nas unidades de Guarulhos e Sorocaba, com formação de 38 alunos, totalizando aproximadamente 316 jovens formados nestes oito anos de projeto na Bardella. É importante salientar que mais de 65% dos ex-alunos FORMARE são atualmente colaboradores da empresa;
- Voluntariado - A empresa incentiva o trabalho voluntário e conta atualmente com mais de 10% de colaboradores envolvidos.

EMPRESAS CONTROLADAS
Barefame Instalações Industriais Ltda.

No exercício findo em 31/12/2010, a receita operacional líquida da empresa atingiu o montante de R\$ 134,7 milhões (R\$ 129,7 milhões em 2009) e realizou um prejuízo líquido de R\$ 7,7 milhões (Lucro Líquido de R\$ 2,6 milhões em 2009) já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 145,28 milhões (R\$ 126 milhões em 2009), distribuído nas seguintes áreas de atuação:

	2010	2009
Geração de Energia	47%	82%
Petróleo e Gás	47%	7%
Siderúrgico	6%	10%
Mineração	-	1%

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 952 (1.921 em 31/12/2009).

Energro Agro Industrial Ltda.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119,498 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebidos à vista. Em decorrência da venda das terras, foi vendido também o plantel de gado.

Dados quantitativos em 31/12/2009:

- Terras: 19.000 hectares
- Estoque de árvores em pé (pinus): 3.715 milhões de metros estéreos
- Plantel de gado: 4.326 cabeças
- Quadro de colaboradores: 23

O lucro líquido de R\$ 40,4 milhões em 2010 (R\$ 20 mil em 2009), já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

A empresa tem como atividade principal o agenciamento de seguros para a Bardella S.A., suas controladas, os colaboradores das mesmas e ao mercado, e administra seus imóveis. Trabalha também em sinergia com a empresa controladora e suas empresas controladas para obtenção de seguros necessários à participação em concorrências.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

Empresa constituída em 2008 a partir de uma joint venture entre a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (50%) e Alstom Hydro Energia Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e tem por objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para a usina hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira.

A empresa obteve a receita líquida de R\$ 251,9 milhões (R\$ 36,3 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$ 57,2 milhões (R\$ 5,9 milhões em 2009) já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, sendo R\$ 19,94 milhões destinados à reserva de incentivos fiscais em 31/12/2010.

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 362 milhões (R\$ 614 milhões em 31/12/2009).

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 396.

DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda.

A empresa está situada em Araras – SP e atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos, detendo Bardella e Babecos 60% do capital social.

Em 2010, a receita operacional líquida atingiu o total de R\$ 59 milhões (R\$ 39,3 milhões em 2009) e o lucro líquido R\$ 9,3 milhões (R\$ 6,1 milhões em 2009), já contemplados os ajustes conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM e bem como as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

O total da receita líquida a apropriar em 31/12/2010 era de R\$ 66,45 milhões (R\$ 66,3 milhões em 31/12/2009).

O quadro de colaboradores em 31/12/2010 era de 293.

MERCADO DE CAPITAIS

Principais indicadores de desempenho:

	2010	2009
Participação nos pregões	45%	64%
Ações negociadas	102.800	442.240
Valores transacionados (R\$ milhões)	15,78	57,3
Valor de mercado (*) (R\$ milhões)	250,3	225,5
Ações emitidas (*)	1.600.000	1.600.000

Notas: (*) Para determinar o valor de mercado da empresa utilizou-se a cotação média das ações preferenciais do último mês do exercício, multiplicado pelo número de ações emitidas.

(**) Total de ações da Companhia no final do exercício.

A Companhia mantém no site www.bardella.com.br, página de relação com os investidores, disponibilizando as informações trimestrais e anuais, além de realizar reuniões com acionistas e analistas de mercado, tratando de assuntos relativos ao mercado em que atua, bem como sobre o desempenho operacional da empresa.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contrata os Auditores Independentes para serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os diretores declaram que leram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2010.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, acionistas, representantes comerciais, órgãos governamentais, fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação e participação nos planos e programas desenvolvidos.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 01/01/2009
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido Circulante	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09			31/12/10	Reapresentado 31/12/09	Reapresentado 01/01/09			
Ativo Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	348	28.397	27.852	21.839	87.619	35.980	18	57.736	55.083	12.655	66.392	62.983	17.561	
Contas a receber de clientes	6	220.884	268.790	135.111	224.415	320.172	152.749	Fornecedores	71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870	
Estoques	8	98.921	92.270	105.536	136.153	170.219	158.876	Impostos e contribuições a recolher	2.954	3.292	2.972	6.402	6.754	4.666	
Imposto a recuperar	10	41.236	33.324	38.728	66.454	39.420	43.692	Salários e férias a pagar	16.228	18.756	14.387	25.626	29.729	19.971	
Despesas antecipadas		1.953	3.151	2.254	3.124	3.763	2.803	Adiantamentos de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302	
Outros créditos	12	22.114	28.601	40.806	32.909	25.428	34.020	Outras contas a pagar	19.715	5.217	8.021	24.738	10.177	9.050	
		385.456	454.533	350.287	484.894	646.621	428.120	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.570	9.532	9.697	10.871	9.920	9.697	
								Imposto de renda e contribuição social	10 a	-	-	-	11.727	539	
Não circulante										247.780	340.479	218.532	360.256	527.111	243.117
Realizável a longo prazo								Não circulante							
Partes relacionadas	13	4.857	3.303	7.897	-	-	1.259	Partes relacionadas		47.577	-	-	-	-	1.259
Títulos e Valores Mobiliários	11	46.920	40.639	30.184	67.683	58.631	40.415	Financiamentos e empréstimos	18	16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847
Imposto a recuperar	10	4.347	1.195	-	5.345	1.811	-	Provisão para contingências	20	11.377	762	7.504	14.772	7.591	
Despesas antecipadas		-	-	-	2.377	3.872	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	56.407	65.180	69.716	69.512	107.935	104.787
Outros créditos	12	3.813	4.333	7.481	7.340	5.344	8.665	Outras contas a pagar		10	1.101	1.947	2.585	2.680	3.027
		59.937	49.470	45.542	82.745	69.658	50.339			132.270	96.843	99.044	138.935	160.207	150.511
Imobilizado	14	237.710	236.789	233.218	377.488	405.525	332.295	Patrimônio líquido	21	116.800	116.800	116.800	116.800	116.800	116.800
Investimentos	15	147.265	141.136	122.320	4.386	10.058	11.982	Capital social		36.593	15.368	15.368	36.593	15.368	15.368
Propriedade para Investimento	9	-	-	-	4.346	4.604	4.660	Reservas de capital		167.416	193.463	186.249	175.174	193.571	186.249
Intangível	17	5.318	5.495	1.949	9.997	8.699	1.985	Ajustes de avaliação patrimonial		134.877	124.729	117.730	127.018	129.297	117.088
Diferido		50	259	407	-	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	9.280	7.811	248
		450.280	433.149	403.436	479.162	498.544	401.261	Participação de acionistas não controladores		455.686	450.360	436.147	464.865	457.847	435.753
		835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381			835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Ativo diferido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Reservas inc. fiscais	Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Outras reservas						
Saldos em 31 de dezembro de 2008		116.800	-	15.368	18.188	66.935	-	-	217.291	-	-	217.291	
Ajustes de mudanças de práticas contábeis	2 (j)	-	-	-	-	-	32.607	186.249	218.856	(642)	-	218.214	
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	248	
Saldos iniciais ajustados em 01 de janeiro de 2009		116.800	-	15.368	18.188	66.935	32.607	186.249	436.147	(642)	248	435.753	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	9.625	-	-	7.705	17.330	
Valorização das ações da Vale S.A.		-	-	-	-	-	-	6.939	-	-	-	6.939	
Ajustes equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	6.993	-	-	-	6.993	
Amortização do diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	176	
Reserva de ajuste avaliação patrimonial (investidas)		-	-	-	-	-	(3.713)	-	-	-	-	-	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização da depreciação do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	3.438	-	(3.438)	-	-	
Outros ajustes de mudanças de práticas contábeis		-	-	-	-	-	-	(3.703)	-	-	-	-	
Destinações:													
Reserva legal		-	-	-	831	-	-	-	-	-	-	-	
Retenção de lucros		-	-	-	-	6.459	3.687	(10.146)	-	-	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(9.344)	-	-	-	(9.344)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009 - reapresentado		116.800	-	15.368	19.019	73.394	32.316	193.463	450.360	(466)	7.953	457.847	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.192	-				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09		31/12/10	Reapresentado 31/12/09	31/12/10	Reapresentado 31/12/09
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(716)	944	1.072	7.297					
Ajustes por:									
Depreciação e amortização	9.787	10.567	25.072	20.038					
Provisões (constituições e reversões)	10.615	(6.742)	11.906	(6.097)					
Encargos financeiros e financiamentos	8.277	5.066	14.031	8.142					
Participações de acionistas não controladores	-	-	(4.810)	(2.833)					
Custo baixa imobilizado, investimentos	20.196	674	57.606	1.143					
Venda imobilizado, investimentos	(34.173)	-	(100.414)	-					
Equivalência patrimonial	(34.587)	(7.954)	(3)	(109)					
Variáveis nos ativos e passivos	(20.601)	2.555	4.460	27.669					
Redução/aumento em contas a receber	47.905	(133.679)	72.723	(149.172)					
Aumento/redução nos estoques	(6.651)	13.267	29.319	(9.948)					
Aumento/redução nos impostos a recuperar e outros	(23.144)	4.258	(59.958)	(20.232)					
Aumento em fornecedores	15.950	11.452	9.328	18.106					
Redução/aumento nos adiantamentos de clientes	(122.972)	66.347	(189.583)	194.477					
Aumento em outras contas a pagar	60.845	6.633	14.342	37.466					
Imposto de renda e contribuição social	(28.067)	(31.722)	(123.828)	70.697					
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(37.760)	(20.486)	(105.439)	103.527					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bardella S.A. Industrias Mecánicas, com duas plantas no estado de São Paulo, tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente, além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e treliçados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados e corte de árvores de reflorestamento. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMIMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento, principalmente para a Usina de Santo Antônio no Rio Madeira em Rondônia. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

Em 23 de abril de 2009 a Companhia adquiriu 60% de participação na Duraflex Indústria e Comércio Ltda. e seu controle. A empresa atua na fabricação de pontas rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

As empresas industriais e a Barefame Instalações Industriais Ltda., têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

1.1. Principais transações no período

Em 23 de agosto de 2010 foi efetuada a venda das terras pertencentes à controlada Energo Agro Industrial Ltda., bem como, da totalidade dos ativos florestais correspondentes a plantações de Pinus. Em decorrência da venda das terras, durante o final do terceiro e quarto trimestres, foi também vendido todo o plantel de gado (ver nota 24).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as de 1º de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mas para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, deveriam ser avaliados pelo custo ou valor justo. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora manteve em suas demonstrações contábeis os saldos da rubrica Ativo Diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Demonstrações contábeis individuais	455.686	450.360	436.147
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Controladora"	(50)	(259)	(407)
(-) Baixa dos saldos da rubrica ativo diferido "Eleito de Equiv. Patrimonial controlada BAREFAME"	-	(207)	-
(+) Demonstrações contábeis consolidadas, líquidas de minoritários	455.636	449.894	435.505

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações contábeis em 28 de março de 2011.

Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicáveis aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação:

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. Estes novos pronunciamentos não produziram impacto na Companhia:

- CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36)
- CPC 2 (R2) - Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
- CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
- CPC 5 (R1) - Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
- CPC 6 (R1) - Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
- CPC 7 (R1) - Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõem sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente. A Companhia aplicou referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
- CPC 41 - Determinação e Apresentação do Resultado por Ações

As interpretações abaixo não se aplicam às atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- Interpretação Técnica ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
- Interpretação Técnica ICPC 15 - Passivo decorrente de decomposição em mercado específico - Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos

IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada)

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impactos significativos em suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo

Esta alteração aplica-se apenas aquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício do tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar em 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas de IFRS em maio de 2010 e os esclarecimentos serão efetivos a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos os principais esclarecimentos que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios;
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas ou em audiência pública e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Aplicação das novas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais da aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB para as demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC 37 (R1) (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de sua primeira demonstração contábil individual e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e consequentemente as demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado das demonstrações contábeis comparativas, estão descritas no item "j" desta nota.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício final em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações contábeis consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o IFRS.

De acordo com as previsões da Deliberação CVM nº 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 e seus comparativos com 2009 ajustados as normas de 2010 serão apresentadas quando da apresentação do 1º ITR 2011, cujos efeitos no Resultado e no Patrimônio Líquido estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Patrimônio líquido publicado	219.392	225.275	227.392	231.568
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	428.341	443.492	458.705

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Patrimônio líquido publicado	219.392	233.086	235.193	240.845
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	219.692	203.066	216.110	227.140
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	439.084	436.152	451.303	467.985

(a) Referente ao investimento na controlada Duraflex.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	3.163	1.295	8.642
Resultado representado	446	3.163	1.295	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	5.883	2.107	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(3.165)	(3.975)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	2.718	(1.868)	8.642
Resultado representado	446	2.718	(1.868)	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788
Resultado representado	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788

(a) Referente ao investimento na controlada Duraflex.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	3.163	1.295	8.642
Resultado representado	446	3.163	1.295	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	5.883	2.107	6.984
Resultado publicado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788
Resultado representado	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788

(a) Referente ao investimento na controlada Duraflex.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	3.163	1.295	8.642
Resultado representado	446	3.163	1.295	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	5.883	2.107	6.984
Resultado publicado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788
Resultado representado	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788

(a) Referente ao investimento na controlada Duraflex.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	3.163	1.295	8.642
Resultado representado	446	3.163	1.295	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	5.883	2.107	6.984
Resultado publicado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788
Resultado representado	(5.179)	1.943	(1.810)	15.788

(a) Referente ao investimento na controlada Duraflex.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	7.984	10.091	6.984
Resultado publicado	(1.655)	(4.821)	(8.796)	1.658
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	446	3.163	1.295	8.642
Resultado representado	446	3.163	1.295	8.642

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	30/06/09	31/03/10	30/06/10
Resultado período findo em:	2.101	5.883	2.107	6.984
Resultado publicado	(7.280)	(6.041)	(11.901)	8.784
Efeito na adoção dos novos pronunciamentos	(5.179)	1.94		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 3 columns: 31/12/09, Controladora, and Consolidado. Rows include Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores, Ajustes na adoção inicial que possuem efeito tributário, and Resultado de acordo com as novas práticas contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento.

3.2. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

3.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Todas as entidades consolidadas estão localizadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definida em Reais (R\$).

3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia.

b. Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida. Esses são classificados como mantidos até o vencimento.

c. Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

d. Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebíveis são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídos provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

3.9. Ativo imobilizado e propriedades para investimento

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da interpretação ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 29 e 30.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

Também são classificados nessa rubrica os gados reprodutores (matrizes) que estão dentro do escopo do CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola e estão apresentados por seu valor justo (fair value). Efeitos decorrentes de alterações dos valores justos desses ativos no período são reconhecidos no resultado do exercício.

3.10. Arrendamento mercantil

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem alugueis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de algo adquiridos de por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

O ativo diferido foi registrado ao custo de aquisição ou formação. Conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 (em linha com o artigo 299A da Lei nº 4.047/76, alterada pela Lei nº 11.941/09), a Controladora mantém em sua demonstração contábil os saldos da rubrica ativo diferido referente a despesas pré-operacionais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os referidos saldos foram baixados para a rubrica de lucros acumulados na data de transição para o IFRS, visto que a manutenção desse ativo não é permitida pelas normas internacionais de relatório financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Esta é a única diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.12. Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13. Provisões

As provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.14. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado com base na taxa de desconto considerando o risco de crédito, os fluxos de caixa contratuais, e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei nº 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídas em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%. A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada com o passivo na rubrica de "Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar" por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Para a parcela que exceder ao mínimo obrigatório, quando aplicável, deverá ser mantida no patrimônio líquido da Companhia como dividendo adicional proposto.

3.18. Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no lucro líquido do período para as operações em continuidade, sendo informado tanto em relação às ações ordinárias, quanto em relação às preferências.

3.21. Demonstrações do Fluxo de Caixa e demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 3 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método Indireto. Já as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Industrias Mecanicas e suas controladas a seguir relacionadas:

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Participação. Rows include Barefame Instalações Industriais Ltda., Energo Agro Industrial Ltda. (*1), Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. (*2), Duraferr Indústria e Comércio Ltda. (*1).

(*1) O percentual refere-se ao controle direto e indireto. (*2) Controlada em conjunto. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas; c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; d. Eliminação dos saldos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme requerido pelo CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. integradas às informações anuais da controladora.

IMMA - IND. METALÚRGICA E MECÂNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Participação. Rows include Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, Ativo, Circulante, Não Circulante, Realizável a longo prazo, Imobilizado, Intangível, Ativo total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Patrimônio Líquido, Passivo total.

Demonstração do resultado Receita operacional líquida Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados Lucro bruto Receitas (despesas) operacionais Lucro/prejuízo operacional Imposto de renda e contrib. social Lucro/prejuízo do exercício

A IMMA foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotas com a Alstom Hydro Energia Ltda. Os ativos, passivos e contas de resultado da IMMA foram proporcionalmente integrados às informações anuais da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados.

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas eram remuneradas por taxas que variavam de 100% a 102,5% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2010 e 2009, tendo como contrapartida bancos de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Clientes no País, Empresa Controlada, Efeitos a Faturar, Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Ajustes a valor presente.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias, De 91 a 120 dias, Acima de 121 dias.

Efeitos a faturar: refere-se à quantia bruta devida pelo contratante relativa aos trabalhos do contrato executados e não cobrados ou recebidos (ver Nota 7). A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A Companhia e suas Controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. CONTRATOS DE SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO

Os contratos de construção correspondem aos produtos sob encomenda, cujo reconhecimento da receita bruta no resultado é feita tomando-se como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço e apurada através da proporção dos custos incorridos, em contrapartida aos custos estimados totais do contrato (método da porcentagem completada), conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção. A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes principalmente a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da porcentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados, Saldo a receber dos contratos em execução e não faturados, Outros contratos, produtos e serviços a receber (Nota 6), Adiantamentos recebidos por conta de contratos de construção completos e em execução (Nota 19), Contratos de construção líquidos a receber.

8. ESTOQUES

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Produtos Acabados, Produtos em elaboração, Matérias-Primas, Materiais de Consumo, Ativos Biológicos.

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Edifícios, Alugueis Recebidos.

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. Estas correspondem a três andares de prédio comercial alugados. Com base em um laudo de avaliação patrimonial a Companhia estima que cada um possui um valor de R\$ 1.730.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS

a. Impostos a recuperar

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Circulante, ICMS, IPI, Imposto de renda e contribuição social, COFINS, PIS, Outros impostos e contribuições, Não circulante, ICMS, IPI, PIS, COFINS.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social

Adiantamento para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09 A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as aplicações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção novas práticas contábeis adotadas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas Controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include Prejuízos fiscais, Base negativa CSLL, Diferenças temporárias, Total IR/CS diferido ativo, Efeito de IR/CS diferidos passivo na adoção dos novos pronunciamentos, Saldos de IR/CS diferidos passivo.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A seguir demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Table with 3 columns: 31/12/10, 31/12/09, and Consolidado. Rows include 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício e, consequentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação de despesa de imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, líquido dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos	(716)	944	1.072	7.297
IRPJ/CSLL - taxa nominal - 34%	(24)	(321)	(364)	(2.431)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	1.769	6.524	47.536	11.175
Provisões não dedutíveis	9.056	979	10.641	1.377
Exclusões permanentes:				
Recargas isentas de impostos	(13.095)	(626)	(24.973)	(1.414)
Juros s/ capital próprio	-	-	221	221
Equivalência patrimonial	(25.149)	(3.142)	(1)	(380)
Reversões de provisões	(9.570)	(6.387)	(14.882)	(8.160)
Outras	-	(169)	(9.707)	(961)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	10.908	8.681	13.930	5.161
Corrente	-	(642)	(18.906)	(4.439)
Diferido	10.908	9.323	32.836	9.600

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Essa conta é formada unicamente por ações da Companhia Vale do Rio Doce. O ganho ou perda proveniente de alteração do valor justo de um Ativo Financeiro Disponível para Venda é reconhecido como outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação patrimonial), exceto no caso de perdas no valor recuperável e de ganhos e perdas de variações cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido (vendido ou transferido), momento em que o ganho ou perda cumulativo, anteriormente reconhecido deverá ser reconhecido no resultado. Os dividendos resultantes de um instrumento patrimonial disponível para venda são reconhecidos no resultado quando o direito da entidade de recebê-los é reconhecido.

O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do período.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de "Investimentos detidos para a venda" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota 3.4 Item "c".

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período está demonstrado conforme segue:

	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	964.830	964.830	1.254.230	1.254.230
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05	24,05
Saldo contábil (fair value)	46.920	40.677	30.164	30.164
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	1.391.070	1.391.070	1.680.470	1.680.470
Valor de mercado na data de fechamento	48,63	42,16	24,05	24,05
Saldo contábil (fair value)	67.683	58.647	40.415	40.415

12. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Circulante				
Adiantamento a fornecedores	18.086	25.303	38.418	26.860
Outros	4.028	3.298	2.388	6.049
Não Circulante	22.114	28.601	40.806	32.909
Depósitos Judiciais	3.671	3.454	5.727	4.478
Outros	142	879	1.754	2.862
3.813	4.333	7.481	7.340	5.344
25.927	32.934	48.287	40.249	30.772

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com e entre partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

a. Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados a taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras.

b. Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas a valor de mercado e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais.

c. Prestação de serviços administrativos e alugueis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os alugueis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores de mercado.

d. Avals, fianças, hipotecas concedidas em favor das controladas e coligadas - A Companhia concedeu os seguintes avals em favor das controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Barefame Instalações Industriais Ltda.	29.016	25.850	15.120
Bardella Timken Serviços Industriais Ltda.	-	-	214
Energro Agro Industrial Ltda.	-	659	307
IMMA Indústria Met. e Mecânica da Amazônia	35.533	-	-
Total	64.549	26.509	15.641

e. Composição dos saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro e 01/01/2009:

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesas e custos	Receitas e custos
2010					
Barefame Instalações Industriais Ltda.	-	3.066	4.857	4.343	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	163	547	-	187	69
Energro Agro Industrial Ltda.	-	416	-	1.312	1.578
Duraferrero Indústria e Comércio Ltda.	10.348	3.548	-	19.301	1.071
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	14.072	1.174	-	4.878	9.352
2009					
Barefame Instalações Industriais Ltda.	281	10.785	3.303	30.824	4.048
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	990	648	-	106	101
Energro Agro Industrial Ltda.	-	2	-	3	21
Duraferrero Indústria e Comércio Ltda.	729	5.394	-	1.084	245
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	10.054	739	-	4.072	-
01/01/09					
Barefame Instalações Industriais Ltda.	-	10.012	5.373	10.701	2.726
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	9	2	-	91	59
Energro Agro Industrial Ltda.	-	8	-	7	23
Duraferrero Indústria e Comércio Ltda.	-	2	-	-	-
IMMA - Indústria Met. e Mec. da Amazônia Ltda.	-	-	1.258	-	9
Bardella Timken Serviços Industriais Ltda.	20	17	-	92	313

b. Movimentação dos saldos

	Barefame Inst. Inds. Ltda.	Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. Seg. Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferrero Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Bardella Timken Serv. Inds. Ltda.	Planihold S.A.	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2009	12.112	10.817	5.259	-	4.552	1.352	4.140	38.232
Ajustes de mudanças nas práticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos iniciais ajustados	12.112	10.817	5.259	-	4.552	1.352	4.140	100.202
Aquisição de participação	-	-	27.998	-	4.552	1.352	4.140	6.663
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.104	(722)	1.286	(109)	109	7.954
Efeito de outros resultados abrangentes em controladas	-	-	4.989	-	-	-	-	3.799
Baixa de participação	-	-	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)
Estorno de lucro a distribuir provisionado	-	-	341	-	-	-	-	341
Juros sobre o capital próprio	-	-	(847)	-	-	-	-	(847)
Saldos no patrimônio líquido	12.112	10.817	27.617	7.949	7.516	4.249	4.249	117.069
(+) Estorno de lucros provisionados	-	-	247	1.875	-	-	-	3.904
Saldo em 31 de dezembro de 2009	12.112	10.817	27.864	9.824	7.516	4.249	4.249	120.973
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	5.793	4.221	3.724	28.618	4	34.587
Integralização de capital	-	-	191	-	-	-	-	191
Lucros pagos	-	-	(1.980)	(247)	(4.063)	(809)	-	(7.089)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(636)	-	-	(405)	-	(1.041)
Outros	-	-	(524)	-	37	-	-	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.257	45.058	31.314	9.285	34.957	-	4.253	147.124

Informações das investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.	Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. Seg. Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferrero Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Bardella Timken Serv. Inds. Ltda.	Planihold S.A.	Total
Capital social	22.672	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	22.672	2.850	2.837	5.400	5.400	5.400
Ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	22.672	22.672	22.672	2.837	2.837	5.400	5.400	5.400
Patrimônio líquido	23.445	14.237	12.112	44.875	12.420	10.866	8.744	8.353
Ajustes para os novos pronunciamentos	13.411	15.793	16.786	15.071	27.471	57	35.121	36.116
Patrimônio líquido ajustado	22.257	30.030	28.898	45.058	39.891	33.416	43.865	47.069
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,54%	62,96%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	22.257	30.030	28.898	45.058	39.708	31.314	27.617	27.998
Resultado de equivalência patrimonial	(7.773)	2.125	5.793	2.193	4.221	247	-	-
Ajustes para os novos pronunciamentos no resultado de controladas	-	196	-	(89)	-	(969)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial ajustado	(7.773)	2.321	5.793	2.104	4.552	(722)	-	-

	Bardella Timken Serv. Inds. Ltda.	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.	Planihold S.A.
Capital social	-	4.001	10.000
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	-	2.000	5.000
Ordinárias	-	-	-
Quotas	-	2.000	5.000
Patrimônio líquido	2.704	34.957	15.103
Ajustes para os novos pronunciamentos	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	2.704	34.957	15.103
Participação no capital social, no final do exercício - %	-	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	-	1.352	17.479
Resultado de equivalência patrimonial	-	(109)	2.964

Duraferrero Ind. e Comércio Ltda. Ativo Biológico (Ativo Permanente) - Matrizes e Reprodutores

	31/12/10	31/12/09
Capital social	1.500	1.500
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	600	600
Ordinárias	-	-
Quotas	600	600
Patrimônio líquido	23.200	19.873
Ajustes para os novos pronunciamentos	6.325	-
Patrimônio líquido ajustado	23.212	19.873
Participação no capital social, no final do exercício - %	40,00%	40,00%
Participação no patrimônio líquido	9.285	7.949
Resultado de equivalência patrimonial	3.724	1.286

g. CPR's - Certificado de Participação em Reflorestamento - Refere-se a participação da Controladora nos investimentos em ativo florestal administrados pela Controladora Energ, cujos projetos foram inteiramente liquidados em 2010 em função da venda dos ativos florestais. O retorno deste investimento é meramente o reflexo do lucro auferido pela venda de madeira (Pinus).

16. ATIVOS BIOLÓGICOS

Ativos biológicos - florestais
Florestas: O valor justo dos ativos biológicos florestais, compostos de ativos maduros, foi determinado a partir do valor médio trimestral das vendas líquidas de impostos menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Árvores (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo Inicial	46.423	50.193
Varição do valor justo	(1.995)	1.974
Adições	-	-
Baixas por vendas	(44.428)	(5.744)
Saldo Final	-	46.423

Ativos biológicos - gado
Gado - matrizes e reprodutores: O valor justo dos ativos biológicos - gado, foi obtido a partir da cotação mensal da arroba na região de Campo Grande-MT e considerou critério o valor de venda líquida menos despesas de vendas.

Ativo Biológico - Gado (Estoques Consolidado)

	31/12/10	31/12/09
Saldo inicial	1.504	1.777
Varição do valor justo	870	435
Adições	102	287
Transferências	(328)	(287)
Baixas	(2.148)	(708)
Saldo final	-	1.504

f. Remuneração dos administradores - Benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável).
Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Bardella era composta por 9 conselheiros e 4 diretores. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados no montante de R\$ 1.162, o Conselho Fiscal em R\$ 350 e a Diretoria no montante de R\$ 2.297, por seus serviços, correspondendo a um montante total de R\$ 5.293.

Conforme previsto no Estatuto Social Consolidado, a distribuição da Participação nos Resultados calculada de acordo com o inciso 2º do art. 31 é fixada pelo Presidente do Conselho de Administração conforme parágrafo único do art. 24, cuja destinação referente a 2010, entre Conselho de Administração e Diretoria, não estava definida até a data de aprovação de fechamento das Demonstrações Contábeis.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós emprego e programas de remuneração baseada em ações.

14. IMOBILIZADO

Os saldos iniciais apresentados contemplam o ajuste mencionado na Nota 2.1 (b) relativos à atribuição de valor (demed cost).

	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Edificações	2,7%	129.543	(17.387)	112.156	112.520	105.748	105.748
Máquinas e equipamentos	8,4%	124.892	(67.304)	57.588	57.396	51.465	51.465
Móveis e utensílios	10,0%	5.411	(4.284)	1.127	1.111	889	889
Veículos	20,0%	4.161	(3.321)	840	934	1.213	1.213
Equipamentos de informática	20,0%	4.829	(4.135)	694	858	1.172	1.172
Terrenos	-	55.658	-	55.658	55.658	55.658	55.658
Instalações	10,0%	26.216	(22.449)	3.767	5.198	6.003	6.003
Obras em andamento	-	5.880	-	5.880	3.114	11.096	11.096
Total		356.590	(118.880)	<			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Controladora			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	15.566	999	-	16.565
Ágio aquis. Investim.		3.337	4.336	-	19.902
		15.566	4.336	-	19.902

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Amortização			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	(13.633)	(774)	-	(14.407)
Ágio aquis. Investim.		(13.633)	(774)	-	(14.407)
		1.933	3.562	-	5.495

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Consolidado			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	14.824	4.192	-	19.016
Ágio aquis. Investim.	indefinida	5.005	-	-	5.005
Total		14.824	9.197	-	24.021

Vida útil definida	Prazos de vida útil	Amortização			Saldo em 31/12/09
		Saldo em 01/01/09	Aquisições	Baixas	
Software	05 anos	(13.932)	(1.390)	-	(15.322)
Ágio aquis. Investim.		(13.932)	(1.390)	-	(15.322)
		982	7.807	-	8.699

Composição do saldo dos ágios: A partir de 01 de Janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios baseada no CPC 1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O teste de recuperação do ágio em 31 de dezembro de 2010, com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizou projeções de preços, volumes e custos com base na expectativa do mercado de equipamentos mecânicos para os próximos exercícios, e taxa de desconto de 12,3%. O modelo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

Combinação de negócios
O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda pelo valor total em dinheiro de R\$ 15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânica pelo valor de R\$ 10.000 e 20% pela adquirida pela controlada Bardella Adm. de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (BABECS) pelo valor de R\$ 5.000. Nesta mesma data a Companhia assumiu o controle da Duraferro Indústria e Comércio Ltda.

A Duraferro atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos há 25 anos e sua planta industrial situa-se no Município de Araras - SP. O objetivo dessa aquisição foi o de complementar o portfólio de produtos Bardella, tendo em vista o oferecimento de soluções completas de movimentação de cargas, além de potencializar o atendimento às demandas de mercado quanto a estes produtos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição, incluindo a parcela equivalente aos não controladores, é apresentado a seguir:

	Bardella 40%	BABECS 20%	Consolidado 60%
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.242	-	5.242
Contas a receber de clientes	2.867	-	2.867
Contratos de Construção	227	-	227
Estoque	4.046	-	4.046
Outros Ativos	2.101	-	2.101
Investimentos	4	-	4
Ativo Imobilizado	20.517	-	20.517
Total de ativos adquiridos	35.004	-	35.004
Passivos			
Contas a pagar a fornecedores	1.659	-	1.659
Outras Obrigações	4.515	-	4.515
Obrigações tributárias	5.639	-	5.639
Ajuntamento de Clientes	6.533	-	6.533
Total de passivos assumidos	18.346	-	18.346
Total dos ativos identificáveis líquidos	16.658	-	16.658
Participação de não controladores (40%)	(6.663)	-	(6.663)
Total dos ativos identificáveis líquidos consolidado	15.000	-	15.000
Ágio na compra	3.337	1.668	5.005
Valor pago	10.000	5.000	15.000

Total da contra prestação: 10.000
Ativos identificáveis líquidos: (6.663)
Ágio na aquisição (Nota 17): 3.337
No período de doze meses após a aquisição, a Companhia não identificou eventos ou ajustes que pudesse requerer ajuste no valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

18. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Indexador	Taxa média anual de juros em	Controladora			Consolidado		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
BNDES - Finem	TJLP	2,16%	14.257	15.862	15.341	29.062	15.862
BNDES - Finame	TJLP	3,18%	4.344	6.317	5.969	20.548	18.116
Outros	Fixo	16,20%	-	-	-	5.321	6.734
Outros	CDI	2,60%	4.398	-	-	4.398	-
Arrendamento Mercantil	Fixo	18,40%	-	-	-	7.493	8.177
Total Imobilizado			22.999	22.179	21.310	66.822	48.889
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	5,13%	5.623	-	11.222	5.623	-
Financiamento Importação	USD	1,95%	3.520	6.329	-	3.520	6.329
Nota de Crédito Exportação	CDI	1,00%	14.345	-	-	14.345	-
BNDES - Finame Fabricante	Fixo	1,26%	13.049	56.375	-	13.049	56.375
Conta Garantida	CDI	1,65%	15.099	-	-	15.099	-
Capital de Giro	TJLP	3,50%	-	-	-	-	1.187
Total Capital de Giro			51.636	62.704	11.222	51.636	62.704
Total Geral			74.634	84.883	32.532	118.458	111.593
Parcela Circulante			57.736	55.083	12.655	66.392	62.983
Parcela não circulante			16.899	29.800	19.877	52.066	48.610

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (covenants).

Programa de desembolsos

Ano	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	-	-	4.271	-	8.524
2011	-	17.256	4.262	-	24.119	8.297
2012	5.928	4.631	4.138	18.757	10.616	7.353
2013	4.554	3.573	3.021	15.236	8.111	5.488
2014	4.083	2.898	2.790	10.444	4.322	2.790
2015	2.334	1.442	1.395	7.037	1.442	1.395
2016	-	-	-	592	-	-
	16.899	29.800	19.877	52.066	48.610	33.847

18.1. Arrendamento mercantil
A Companhia e suas Controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 04 e 05 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas controladas.

Valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação e valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Máquinas e equipamentos	-	-	-	6.953	7.561	2.933
Veículos	-	-	-	540	616	500
Total	-	-	-	7.493	8.177	3.599

O cronograma de desembolso está apresentado conforme segue:

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo de Adiantamento de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.						
Esta conta está composta principalmente de valores recebidos referentes a contratos de construção (vide nota 7).						

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Companhia e suas Controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação dos processos no exercício

	Controladora			Consolidado		
	31/12/09	31/12/09	01/01/09	31/12/09	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas/cíveis	825	-	-	181	-	1.006
Tributárias:						
.Federal	117	2.922	(150)	2.889	-	-
.Municipal	51	4	-	55	-	-
Outras	(231)	7.780	(122)	7.658	-	-
Depósitos judiciais	(231)	-	-	(231)	-	-
	762	10.887	(272)	11.377	-	-

	Controladora			Consolidado		
	01/01/09	31/12/09	31/12/10	01/01/09	31/12/09	31/12/10
Trabalhistas/cíveis	550	659	(384)	825	-	-
Tributárias:						
.Federal	7.158	-	(7.041)	117	-	-
.Municipal	49	2	-	51	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(253)	-	22	(231)	-	-
	7.504	661	(7.403)	762	-	-

	Controladora			Consolidado		
	31/12/09	31/12/09	01/01/09	31/12/09	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas/cíveis	1.766	1.713	-	3.479	-	-
Tributárias:						
.Federal	1.975	2.946	(159)	4.762	-	-
.Municipal	386	4	-	390	-	-
Outras	-	8.808	(122)	8.686	-	-
Depósitos judiciais	(2.545)	-	-	(2.545)	-	-
	1.582	13.471	(281)	14.772	-	-

	Controladora			Consolidado		
	01/01/09	31/12/09	31/12/10	01/01/09	31/12/09	31/12/10
Trabalhistas/cíveis	761	1.453	(448)	1.766	-	-
Tributárias:						
.Federal	9.016	-	(7.041)	1.975	-	-
.Municipal	384	2	-	386	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(2.570)	-	25	(2.545)	-	-
	7.591	1.455	(7.464)	1.582	-	-

Contingências Trabalhistas
Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 1.084 mil, relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Contingências tributárias
A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a contingências tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado o valor total de R\$ 10.293 mil.

Para os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 38.652 mil (em 2009 era de R\$ 33.151 mil) nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

b. Reservas de Lucros

- Reserva Legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reservas de Incentivos Fiscais**
É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Reserva de Retenção de Lucros**
É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.
- Ajuste de Avaliação Patrimonial**
São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.
- Remuneração aos acionistas**
O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais não têm direito de voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% a.a. sobre o Capital Social e não cumulativas.

Lucro líquido do exercício 10.192
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) (510)
Lucro líquido ajustado 9.682
Reserva para incentivos fiscais - Investidas (338)
Subtotal 9.344
Dividendo mínimo (25% do lucro líquido ajustado) 2.420
Dividendos propostos 9.344
Lucros Acumulados 62.841
Reserva para incentivos fiscais (20.857)
Subtotal 41.984
A proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro, já deduzido a reserva legal, é de R\$ 51.298 sendo:
Retenção de lucros (Orçamento de Capital): R\$ 23.025
Dividendos: R\$ 28.273

Lucro líquido do exercício 10.192
Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) (510)
Lucro líquido ajustado 9.682
Reserva para incentivos fiscais - Investidas (338)
Subtotal 9.344
Dividendo mínimo (25% do lucro líquido ajustado) 2.420
Dividendos propostos 9.344
Lucros Acumulados 62.841
Reserva para incentivos fiscais (20.857)
Subtotal 41.984
A proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro, já deduzido a reserva legal, é de R\$ 51.298 sendo:
Retenção de lucros (Orçamento de Capital): R\$ 23.025
Dividendos: R\$ 28.273

Básico
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. A demonstração do lucro básico está demonstrada conforme segue:

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuído aos acionistas	3.867	6.325	10.192
Média ponderada da quantidade de ações no período	607	993	1.600
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	607	993	1.600
Lucro por ação	6,37	6,37	6,37

22. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Atendendo o disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	10.192	9.625	15.002	12.458
Varição do valor justo das ações da Vale do Rio Doce (*)	6.438	17.955	9.208	25.895
Venda de ações da Vale do Rio Doce (*)	-	(7.442)	-	(7.442)
Efeito de IR/CS diferidos	(2.189)	(3.574)	(3.130)	(6.274)
Efeito equivalência patrimonial	1.820	5.211	-	-
Total do resultado abrangente (*)	16.261	21.775	21.080	24.637

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas Financeiras				
Juros	14.887	19.959	19.325	22.957
Variáveis cambiais passivas	(2.606)	20	(2.586)	(17)
Fianças bancárias	4.388	3.574	4.468	3.678
IOF	1.755	1.612	2.589	1.621
Outros	1.110	2.399	1.584	1.482
	19.534	27.200	25.427	29.721
Receitas Financeiras				
Juros				


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1º DE JANEIRO DE 2009 E EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumarizados:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Empréstimos e financiamentos	74.635	84.883	32.532	118.458	111.593	51.408
Fornecedores	71.729	55.779	44.327	74.304	64.976	46.870
Adiantamento de clientes	69.848	192.820	126.473	140.196	348.033	135.302
Outros	163.838	103.840	114.244	166.233	162.716	160.048
Dívida líquida	390.050	437.322	317.576	499.191	687.318	393.628
Patrimônio líquido	455.686	450.360	436.147	464.885	457.847	435.753
Patrimônio líquido e dívida líquida	835.736	887.682	753.723	964.056	1.145.165	829.381
Coefficiente de alavancagem	0,45	0,49	0,42	0,52	0,60	0,47

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios, entretanto os contratos relacionados a tais projetos geralmente prevêem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base		Efeito no Lucro antes da tributação		Efeito no Patrimônio antes da tributação	
	+10	-10	(812)	812	(2.029)	2.029
2010	+10	-10	(812)	812	(2.029)	2.029
2009	+25	-25	(474)	474	(1.186)	1.186

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Bardella
Presidente
Alfredo Camargo Penteado Neto
Vice-Presidente
José Eduardo Carvalho de Almeida Machado
Conselheiro
Sheila Periard Henrique Silva
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro
Carlos Jorge Loureiro
Conselheiro
Henrique Alves de Araújo
Conselheiro
Isaac Selim Sutton
Conselheiro
José Eduardo Escorel de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

José Roberto Mendes da Silva
Diretor-Presidente
Eduardo Fantin
Diretor

Plínio Centoamore
Diretor
Rubens Geraldo Gunther
Diretor

Contador - Luiz Honório Martins - CRC - 1SP128092/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e onze, os membros do Conselho Fiscal da BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS, em reunião realizada no escritório da Companhia, situado na Rua Hungria, 888 - 3º andar, São Paulo, SP, emitem PARECER, em atendimento às suas obrigações estatutárias e legais, após ouvidos os representantes da auditora Ernst & Young e com base no respectivo Parecer, opina favoravelmente à aprovação pelos senhores acionistas do Relatório da Administração, Balanço e demais demonstrações financeiras do exercício de 2010, assim como a destinação do lucro, tal como proposto.

São Paulo, 28 de março de 2011.

Antonio Luiz Sampaio Carvalho Henrique Alves de Araújo Carlos Jorge Loureiro José Eduardo Escorel de Carvalho Isaac Selim Sutton

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

BardeLLa S.A. Indústrias Mecânicas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar

os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de março de 2010, que não conteve qualquer modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoração sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3
Alexandre Rubio
Contador CRC-1SP223361/O-2